

uma equipe multiprofissional, estando aptos a dar suporte odontológico e fortalecer a saúde dos pacientes com neoplasia maligna.

5. Referências

ALVES et al. Integração Ensino-Serviço: Experiência Exitosa na Atenção Odontológica à Comunidade. *Revista brasileira de ciências da Saúde* 16(2):235-238, 2012.

BRÊTAS, JRS; PEREIRA, SR. Projeto de extensão universitária: um espaço para formação profissional e promoção da saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, v. 5, n. 2, p. 367-380, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Estimativa 2018 – Incidência de Câncer no Brasil. – Rio de Janeiro: INCA, 2017.

MARTINS et al. Complicações bucais da quimioterapia antineoplásica. *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 24, n. 3, p. 663-670, 2002

RAPOPORT, A & KOWALSKI, LP. O diagnóstico clínico em cabeça e pescoço. In: BRANDÃO, LG & FERRAZ, AR. *Cirurgia de cabeça e pescoço*. Livraria Roca Ltda., vol. I, cap. 2: p.5-9, 1989.

RETTIG, EM; D’SOUZA, G. Epidemiology of Head and Neck Cancer. *Surgical Oncology Clinics of North America*. Volume 24, Issue 3, July 2015, Pages 379–396

SANTOS, PSS. Avaliação da mucosite bucal em pacientes que receberam adequação bucal prévia ao transplante de medula óssea [tese]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2005.

TEMPO DE REAÇÃO MANUAL EM PRATICANTES DE TÊNIS DE MESA DA TERCEIRA IDADE

Área Temática:Saúde

Pedro Paulo Deprá¹, Gustavo Henrique de Oliveira², André Rafael Silva Brão³,
Fellipe Bandeira Lima⁴

¹Prof.Depto de Educação Física–DEF/UEM, contato:ppdepra@uem.br

²Aluno do Mestrado em Educação Física, contato: gustavool.henrique@hotmail.com

³Aluno do curso de Educação Física, contato:andrebrao@gmail.com

⁴Aluno de Estágio Internacional da Universidade do Porto,
contato:lima_fisioterapia@hotmail.com

***Resumo.** Este trabalho apresenta os resultados do projeto de extensão “Tênis de Mesa da Terceira Idade” em relação ao tempo de reação manual. Este estudo foi composto por 8 idosos, sendo 03 homens e 05 mulheres, com idade acima de 60 anos. O grupo participou, durante 12 semanas, de um programa de tênis de mesa, com duas sessões semanais. Ao compararmos os momentos iniciais e finais deste período, observamos uma melhora em valores absolutos, porém não estatisticamente significativos. No teste de reação manual observamos uma diferença para a mão direita de 3,12 ms, esquerda de 2,50 ms e dominante de 1,18 ms. A manutenção do tempo de reação demonstra que a prática do tênis de mesa pode ser um aliado na preservação da saúde de praticantes da terceira idade.*

Palavras-chave: Tênis de Mesa – Terceira Idade – Tempo de Reação Manual

1. Introdução

A população idosa tem crescido no Brasil e o processo de envelhecimento se tornou um assunto emergente em diversas áreas do conhecimento. Na Educação Física o foco está na manutenção da qualidade de vida através da proposição de atividades físicas e/ou esportivas. Uma dessas atividades propostas pelo Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá está contemplada no Projeto de Extensão: “Tênis de Mesa para a Terceira Idade”.

Entende-se que o Tênis de Mesa pode beneficiar os idosos na manutenção de níveis desejáveis de habilidades motoras e qualidades físicas que irão refletir nas suas atividades da vida diária (LI et al., 2008; TSAI et al., 2016).

O Tênis de Mesa exige do seu praticante níveis de coordenação, agilidade e equilíbrio para a execução das suas técnicas. Por exigir técnicas que envolvem habilidades dos membros superiores, o tempo de reação também é exigido. Neste trabalho apresentamos os resultados do projeto de extensão em relação ao tempo de reação manual.

2. Métodos

Este estudo de delineamento descritivo transversal foi composto por 08 idosos, sendo 03 homens e 05 mulheres, com idade acima de 60 anos (67,4±4,9 anos).

Os critérios de inclusão foram a idade e a aceitação voluntária de participar de aulas de tênis de Mesa em um projeto de extensão universitária, após uma divulgação à comunidade interna e externa. Não houve controle sobre o tipo de atividade realizada pelos idosos fora do horário de aula. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos local, CAEE (n. 70773417.7.0000.0104^[1]_{SEP}). Os participantes assinaram o TCLE para participação no estudo.

O grupo de idosos participou, durante 12 semanas, de um programa de tênis de mesa, com duas sessões semanais de 1h e 40min. Cada aula foi distribuída em quatro partes, 10 minutos de alongamento, 20 minutos para a aprendizagem de técnicas, 10 minutos de intervalo, 50 minutos de jogos e 10 minutos de alongamento. O conteúdo das aulas foi baseado em Deprá (2011). No alongamento, a permanência em cada tipo de exercício variou em torno de dois minutos.

No início do projeto e ao final de 12 semanas foi realizado o teste de reação manual (SOBRAL, et al., 1991). Descrição do teste: O aluno senta-se com o antebraço e a mão direita e esquerda em apoio confortável na mesa. As pontas dos dedos polegar e indicador colocam-se numa posição pronta para apertar, cerca de 7 a 10 cm fora da borda da mesa. Os dedos deverão estar colocados horizontalmente. O professor segura a régua na extremidade mais afastada, deixando a outra extremidade pender entre os dedos polegar e indicador do aluno. A linha de base deverá estar coincidente com o bordo superior do polegar. O aluno deverá olhar diretamente para a zona de concentração (entre as linhas .120 e .130) e é dito para reagir, apanhando a régua entre as extremidades dos dedos polegar e indicador, quando ela for largada. Deve-se transmitir a imagem de que os dedos funcionem como um tenaz. O aluno não deve olhar para a mão do professor nem mexer a mão enquanto espera para apanhar a régua. São permitidas 20 tentativas para cada mão, cada uma precedida do comando “pronto”. Registro dos resultados: quando o aluno apanha a régua, o resultado é lido na linha imediatamente acima do bordo superior do polegar. Para cada mão, as 5 tentativas mais lentas e as 5 mais rápidas são rejeitadas e a média das 10 tentativas intermédias é registrada como resultado. Os números da régua representam milésimos de segundo. Os resultados podem ser registrados ao 5/1000 do seg. mais próximo.

Para análise estatística inicialmente foi realizado o teste de *Shapiro-Wilk* para verificar a normalidade dos dados. Foi utilizado o teste t pareado de *Student* para comparação de momentos. O nível de significância adotado foi como $p < 0,05$.

3. Resultados

No teste de reação manual observamos uma diferença para a mão direita de 3,12 ms, esquerda de 2,50 ms e dominante de 1,18 ms (Tabela 1).

Tabela 1. Tempo de reação da mão direita, esquerda e dominante, pré e pós intervenção de 12 semanas de Tênis de Mesa para a Terceira Idade.

Tempo de reação	Pré (Média±DP)	Pós (Média±DP)	Valor do p
Mão direita [ms]	181,18±25,02	178,06±24,35	0,181
Mão esquerda [ms]	185,43±9,09	182,93±17,35	0,672
Mão dominante [ms]	183,18±22,50	182,00±21,13	0,717

4. Discussão

A reação motora é uma capacidade física importante para a prática do tênis de mesa, principalmente no que se diz respeito à reação manual pelo fato de ser um esporte que utiliza uma raquete pequena em sua execução (GUTNIK et al., 2016; MARINOVIC et al., 2006). A qualidade física muscular, juntamente à coordenação e a estratégia neuromuscular permite a execução rápida de gestos diferentes e/ou semelhantes em uma situação de jogo do tênis de mesa (TSAI et al., 2016; MARINOVIC et al., 2006). O teste de reação manual, ferramenta de avaliação do presente estudo, de alta confiabilidade, baixo custo e fácil aplicabilidade (GUTNIK et al., 2016; TSAI et al., 2016), é utilizado a fim de identificar diferenças na velocidade de reação de mesatenistas e idosos (GUTNIK et al., 2016; TSAI et al., 2016; MARINOVIC et al., 2006).

A partir da intervenção de 12 semanas do tênis de mesa foi encontrada uma melhora na velocidade de reação manual nos idosos, entretanto não se apresentou diferença estatisticamente significativa. O ensaio clínico de Tsai et al. (2017), que comparada aos efeitos da prática de 6 meses de tênis de mesa em idosos, apresentou melhora significativa no índice de acurácia e na velocidade perceptiva após a intervenção, além de melhora não significativa no tempo de reação, corroborando com o presente estudo (TSAI et al., 2017).

5. Conclusão

A capacidade de reação tem estado em evidência na promoção de saúde, pois apresenta associação com a prevenção de acidentes (LIOU et al., 2015). O tênis de mesa requer altas cargas cognitivas, executivas e diferentes conjuntos de habilidades de coordenação motora para se adaptar a um ambiente imprevisível e mutável (TSAI et al., 2017), possibilitando ser uma estratégia de prevenção primária eficaz para minimizar os declínios da capacidade de atenção visuoespacial durante o envelhecimento (NADERI et al., 2018; GUTNIK et al., 2016; TSAI et al., 2016). A manutenção do tempo de reação demonstra que a prática do tênis de mesa pode ser um aliado na preservação da saúde de praticantes da terceira idade.

6. Referências

- DEPRÁ, P. P. Tênis de Mesa. In: Amauri Aparecido de Oliveira; Claudio Kravichichin; Evandro Carlos Moreira; Raquel Stollov Pereira. (Org.). Ensinando e Aprendendo Esportes no Programa Segundo Tempo. 1ed. Maringá: Eduem - UEM, 2011, v. 1, p. 291-318.
- GUTNIK, B. et al. Computerized and fingertip measures of reaction time compared in individuals. *HOMO-Journal of Comparative Human Biology*, v. 67, n. 6, p. 492-497, 2016. ISSN 0018-442X.
- LI, L.; WARK, J.; HILL, K.; WONG, P.; KWOK, N. Is regular table tennis activity associated with increased bone and muscle strength and improved balance in older Asian men and women. *S67ABSTRACTS / Bone* 43 (2008) S38-S75.
- LIOU, M. et al. Effects of somatosensory video games on simple reactions of institutional-dwelling older adults with mild-cognitive impairments. *Advanced Learning Technologies (ICALT)*, 2015 IEEE 15th International Conference on, 2015, IEEE. p.428-429.

MARINOVIC, W.; IIZUKA, C. A.; NAGAOKA, K. T. (Ed.). Tênis de Mesa – teoria e prática. São Paulo: Phorte editora, 2006.

NADERI, A. et al. A retrospective comparison of physical health in regular recreational table tennis participants and sedentary elderly men. *Journal of musculoskeletal & neuronal interactions*, v. 18, n. 2, p. 200, 2018.

SOBRAL, Francisco et all. ACDEX – Desenvolvimento Somato-motor e factores de excelência desportiva na população escolar portuguesa. LM – Artes Gráficas. Fevereiro, 1991.

TSAI, Chia-Liang ; WANG, Chun-Hao ; PAN, Chien-Yu ; CHEN, Fu-Chen ; HUANG, Shu-Yu ; TSENG, Yu-Ting. The effects of different exercise types on visuospatial attention in the elderly. *Psychology of Sport & Exercise*, September 2016, Vol.26, pp.130-138.

Famílias de pacientes com câncer em cuidados paliativos acompanhadas por um projeto de extensão universitária

Área temática: Saúde

Sonia Silva Marcon¹ Catarina Aparecida Sales²; Laura Razente Grespan³; Hellen Cristina Bernardes Martins³; Tiago Anderson Machado Teixeira³; Gabriella Michel dos Santos Benedetti⁴; Kelly Piolli⁴; Kaysa Andréia Genari Fagan⁵

¹ Prof.^a Depto de Enfermagem – DEN/UEM e da Pós-Graduação em Enfermagem – PSE/UEM, E-mail: soniasilva.marcon@gmail.com

² Prof.^a da Pós-Graduação em Enfermagem – PSE/UEM, contato: casales@uem.br

³ Alunos do curso de Enfermagem, bolsista Pibex – UEM, contato: laurarazentegrespan@hotmail.com, hcristina-martins1@hotmail.com, tiamtbk@outlook.com

⁴ Alunas do curso de Doutorado em Enfermagem – PSE/UEM, contato: enfermeiragabi@hotmail.com; kellyiap.enf@gmail.com

⁵ Aluna do curso de Mestrado em Enfermagem – PSE/UEM, contato: kaysafagan1@gmail.com

Resumo. *Este relato descreve a experiência de graduandos e pós-graduandos em enfermagem, participantes do projeto intitulado “Cuidados paliativos aos pacientes com câncer e suas famílias”, por meio do qual realizam visitas semanais a esse público. As ações fundamentam-se em um cuidado holístico, baseado nos princípios éticos, filosóficos e assistenciais dos cuidados paliativos. Durante as visitas domiciliares busca-se promover a melhora da qualidade de vida do doente e de sua família. No que tange aos familiares, podemos percebermos os sentimentos de angústia e medo que assombram o lar de quem convive com a impossibilidade de um ente querido. Os alunos oferecem apoio e preparo dos familiares para lidar com a prática paliativa e com a futura perda de um de seus entes. A participação no projeto promove a reflexão sobre o papel dos profissionais de saúde nesse contexto, que exige habilidades técnicas e emocionais para realizar um cuidado efetivo e de qualidade.*

Palavras-chave: Família; Câncer; Cuidados paliativos

1. Introdução

As neoplasias, por vezes, são identificadas diante do aparecimento de seus sinais e sintomas, o que já indica o estágio avançado da doença. Esses sintomas bem como o tratamento, comumente impedem o doente de realizar atividades simples do cotidiano, deixando-lhes com um sentimento de incapacidade, baixa autoestima, incorrem em dificuldades financeiras, e os leva a precisar do apoio de familiares (MATOS *et al.*; 2017).

Para o familiar cuidador, sentir-se impotente, triste e apreensivo quanto à situação de seu ente querido, é algo que os acomete diariamente, pois sentem o medo da perda. É comum os cuidadores em alguns momentos associarem a assistência prestada com a obrigação do cuidar, o que contraria o conceito ideal do cuidado, que preconiza a satisfação e o domínio das ações. (VASCONCELOS *et al.*; 2014)

Nesse aspecto, as dificuldades podem aumentar ante um prognóstico desfavorável, como a impossibilidade de cura do familiar doente, que leva ao surgimento de sentimentos como o medo, angústia e preocupação. Neste momento se faz necessária a busca por informações, para assegurar-lhes quanto a realização dos cuidados paliativos no domicílio (FIGUEIREDO *et al.*; 2017).

A realização dos cuidados paliativos no ambiente familiar remete a um cenário de cuidado humanizado, já que o lar possibilita a proximidade com os parentes, fornece sensação de aconchego e segurança e, sobretudo, mantém a aproximação com o contexto de vida da família (MATOS *et al.*; 2017). Destarte, durante o processo de doença, a família busca se unir para formar um alicerce de apoio, de modo a terem forças e enfrentar a situação. A demais, lançam mão de artifícios para seguirem em frente, sendo a espiritualidade um dos principais recursos utilizados. Logo, enquanto houver esperança, as famílias lutam pelo parente em fase terminal (FIGUEIREDO *et al.*; 2017).

O familiar que assume os cuidados do ente querido, por sua vez, passa por inúmeras e diferentes etapas e experiência sentimentos diversos em cada uma delas. Mesmo frente às dificuldades que envolvem a jornada contra o câncer, é possível realizar um cuidado terno e eficaz dentro do paliativismo. Nesse contexto, o cuidador configura-se em um dos personagens principais para o sucesso dos cuidados (MARCHI *et al.*; 2016; HEY; HERMANN; MERCÊS *et al.*, 2017).

Entretanto, as famílias vivenciam inúmeros desafios ao realizarem tais cuidados. Os familiares/cuidadores por exemplo ficam ansiosos e angustiados ao testemunharem alterações clínicas e momentos de dor do ente querido. Assim, manejar os cuidados paliativos e o processo de finitude no domicílio desencadeia medo e insegurança no seio familiar. Além disso, a literatura aponta uma rede de atenção fragilizada, apresentando lacunas no que tange a disponibilidade e suporte dos serviços, especialmente os de nível comunitário, e qualificação dos profissionais para atuar nesse âmbito (PILATTI *et al.*, 2017).

Diante desse cenário, a participação da enfermagem no cuidado a esse público, é importante para a identificação das necessidades e reconhecimento do cenário no qual o paciente e família vivem. Também tem papel importante na seleção e adaptação, cuidados acessíveis, considerando o vínculo entre família-paciente-profissional (HEY; HERMANN; MERCÊS *et al.*, 2017). Para tanto, esse profissional precisa ser preparado desde sua formação acadêmica, com ênfase em um modelo de cuidado integral, interdisciplinar e intersetorial fundado nos princípios dos cuidados paliativos (SARTORI; BATTISTEL, 2017).

Frente à ausência de abordagem da temática durante a formação de profissionais da saúde, os projetos de extensão universitária podem preencher as lacunas existentes, minimizando os obstáculos encontrados pelos estudantes para lidar com situações de cuidados paliativos e morte, fornecendo também suporte para o enfrentamento de situações dentro desse contexto (BENEDETTI *et al.*; 2013). Logo, o presente relato descreve a experiência de alunos de graduação e pós-graduação em enfermagem que acompanharam famílias de pacientes com câncer sem possibilidades de cura por meio de um projeto de extensão universitária.

2. Desenvolvimento

O projeto de extensão universitário “Cuidados paliativos aos doentes com câncer e suas famílias” ocorre na Universidade Estadual de Maringá- UEM, desde 2004, vinculado ao

departamento de enfermagem e ao Nepaaf – Núcleo de estudo, assistência e família. Atualmente o projeto conta com duas enfermeiras doutorandas, uma enfermeira mestrande e três alunos da graduação em enfermagem na UEM.

O primeiro contato com as famílias ocorre por indicações das Unidades Básicas de Saúde – UBS e da Rede Feminina de Combate ao Câncer – RFCC, em Maringá-PR, que prioriza os pacientes que necessitam de cuidados paliativos no domicílio. Por meio de visitas domiciliares, os alunos realizam ações baseadas nos princípios paliativos, buscando promover qualidade de vida, conforto e suporte de cuidado.

A proximidade com as experiências dos familiares auxilia na compreensão dos sentimentos, privações, angústias e esperanças vividos por eles nessa trajetória do cuidar, revelando a necessidade de uma atenção maior aos familiares, ampliando o cuidado para além do doente. Os profissionais que lidam com essas situações, precisam entender as dificuldades enfrentadas e propor maneiras para solucioná-las ou amenizá-las, possibilitando uma melhora no apoio físico, mental e social dessa família, e oferecendo-lhes qualidade de vida (FIGUEIREDO et al.; 2017).

O auxílio de um enfermeiro na realização dos cuidados paliativos no domicílio, juntamente com a família, proporciona ao profissional visualizar o relacionamento familiar, podendo adequar os cuidados de acordo com a realidade e dinâmica familiar, isto favorece a criação de vínculos com a família assistida e colaborando para o sucesso dos cuidados, já que o profissional passa a ser inserido pelo cuidador no plano de assistência (HEY; HERMANN; MERCÊS et al., 2017).

Durante as visitas domiciliares semanais, foi possível perceber como os familiares carecem de atenção, pois na maioria dos casos, a visita realizada pelos integrantes do projeto é o único momento em que o cuidador consegue se distanciar do processo de cuidar e também recebe cuidado. Enquanto o doente recebe o auxílio de alguns alunos, o familiar é atendido por outro, ocasião em que costuma desabafar, contar suas dificuldades e o que está sentindo e, busca orientações sobre como superar esse momento difícil. Diante disso, compreendemos quão essencial é dar atenção aos familiares, especialmente ao familiar cuidador, que necessitam de momentos de apoio emocional, físico e social, já que abdicam de suas vidas em prol do cuidado do ente adoecido.

3. Conclusão

A participação no projeto nos permite conhecer nuances do relacionamento de uma família com seu ente querido, com câncer, sem possibilidades de cura, o que nos motiva a refletir sobre os sentimentos vivenciados por essas famílias e nos levam a buscar maneiras de oferecer apoio completo, eficaz e, promover cuidado integral, bem como qualidade de vida para o doente e familiares, especial e aquele que assume o papel de cuidador principal.

Dessa maneira, podemos concluir que a assistência qualificada de enfermagem a esses familiares é vital para que os desconfortos decorrentes do processo de adoecimento sejam minimizados e, para que a família possa desfrutar, de fato, da presença e companhia do ente querido enquanto vida tiver.

4. Referências

BENEDETTI G. M. S et al; Significado do processo morte/morrer para os acadêmicos ingressantes no curso de enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm.** v. 34, n. 1, p.173-179,

2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n1/22.pdf> Acesso em: 10 jul 2018

FIGUEIREDO T. et al; Como posso ajudar? Sentimentos e experiências do familiar cuidador de pacientes oncológicos. ABCS Health Science v. 42 n. 1 p. 34-39. Disponível em: <https://nepas.emnuvens.com.br/abcshs/article/view/947/759> Acesso em: 10 jul 2018. HEY A.; HERMANN A.P; MERCÊS N.N.A; LACERDA M.R. Participação da enfermeira nos cuidados paliativos domiciliares. REME Rev Min Enferm. v. 21, e. 1000; 2017 Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1136> Acesso em: 10 jul 2018

MARCHI J. A. Significado de ser-cuidador de familiar com câncer e dependente: Contribuições para a palição. Texto contexto - enferm., Florianópolis , v. 25, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n1/0104-0707-tce-25-01-0760014.pdf> Acesso em: 02 jul 2018

MATOS M.R et al; Representações sociais do processo de adoecimento dos pacientes oncológicos em cuidados paliativos no domicílio.Rev Enfermagem UFSM, v. 7, n. 3, p. 398-410. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/25801/pdf> Acesso em: 10 jul 2018

PILATTI P., LAGNI, V. B., PICASSO, M. C., PUMA, K., MESTRINER, R. J. S, MACHADO, D. O., et al. Cuidados paliativos oncológicos em um serviço público de atenção domiciliar. Rev Bras Med Fam Comunidade. Rio de Janeiro, 2017 Jan-Dez; 12(39):1-10 Acesso em: [03 jul 2018] Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1339/846>

SARTORI A.V; BATTISTEL A.L.H.T. A abordagem da morte na formação de profissionais e acadêmicos da enfermagem, medicina e terapia ocupacional. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 25, n. 3, p. 497-508, 2017 Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1484/877>

VASCONCELOS E.V et al.; O Câncer nas representações sociais de cuidadores: implicações para o cuidado. Revista de pesquisa cuidado é fundamental. v. 6 n. 2 p.474-484. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/5057/505750622004/> Acesso em: 10 jul 2018

Treinamento multimodal para pessoas da terceira idade

Área Temática: Saúde

Alexandre M. Silveira¹, Telma A. P. Martineli¹, Felipe O. Matos², Layssa G. Souza³, Jovelina C. A. dos Santos³

¹Profs. Depto de Educação Física – DEF/UEM, contato: amsilveira@uem.br

²Prof. Depto. de Educação Física- DEF/UEM- Ivaiporã, contato:

³Alunas do curso Layssa, bolsista PIBIS/FA-UEM
contato: layssagabrielisouza@gmail.com

³Aluna do curso Jovelina, bolsista PIBIS/FA-UEM contato:
jovelinahb@hotmail.com

Resumo: *O trabalho aqui apresentado tem como objetivo principal apresentar o treinamento multimodal que vem sendo realizado no projeto de extensão “Cultura corporal para idosos”. Para tanto, foi utilizada a metodologia descritiva- qualitativa. Tal treinamento visa retardar os efeitos degenerativos decorrentes da idade, como a perda de força muscular e da coordenação e permite que os praticantes melhorem não apenas suas capacidades físicas, mas também as psicológicas e sociais, por meio de circuitos funcionais planejados. Os resultados advindos do projeto mostram-se satisfatórios, tanto para os idosos praticantes quanto para os acadêmicos e profissionais envolvidos.*

Palavras-chave: treinamento multimodal; idosos; atividade física.

1. Introdução

O envelhecimento faz parte do processo natural da vida e se encontra ligado, a fatores biológicos, psíquicos e sociais (BRITO e LITVOC, 2004). De acordo com Nahas (2006), o envelhecimento como uma perda funcional progressiva, gradual, irreversível e universal que se deve a diversas alterações orgânicas. Para Fachine e Trompieri (2012, pg.107) para alguns, trata-se de “uma diminuição geral das capacidades da vida diária”, para outros é “um período de crescente vulnerabilidade e de cada vez maior dependência no seio familiar”, há ainda uma visão mais positiva, daqueles que o veem como “o ponto mais alto da sabedoria, bom senso e serenidade”, tais definições por mais que se tratem de verdades não abrangem o todo que o sentido do envelhecimento envolve.

Os efeitos do envelhecimento para a sociedade são consideráveis, principalmente no que tange a saúde. Devido às melhores nas condições de vida, que inclui condições sociais, de saneamento, acesso a antibióticos e vacinas, houve um aumento lento e gradativo na expectativa de vida, com conseqüente aumento na proporção de idosos no conjunto da população (CLOSS e SCHWANKE, 2012)

De acordo com a Organização Mundial da Saúde –OMS (2005), são considerados idosos aqueles que possuem mais de 60 anos, isso em países em desenvolvimento. No Brasil essa população, obteve um crescimento 18% entre 2012 a 2017, tornando-se cada vez mais representativo (IBGE, 2012). Com o aumento da longevidade, vem a preocupação de viver de forma mais saudável, com melhor

qualidade de vida, sendo importante o desenvolvimento de atividades que propiciem esse viver com saúde (MARI *et al.*, 2016).

Para que isso seja alcançado é preciso vencer os efeitos degenerativos que acompanham a idade avançada, tais como a perda de força muscular, a diminuição da densidade óssea e da capacidade pulmonar, o aumento da gordura corporal, a redução do débito cardíaco, entre outros, que levam ao enfraquecimento do corpo e resultam como citado por Nahas (2006) na redução do equilíbrio, da mobilidade, das capacidades fisiológicas que inclui o sistema respiratório e circulatório e modificações psicológicas, com maior vulnerabilidade à depressão. Essa diminuição de valências físicas pode fazer com que o mesmo fique debilitado, ou tenha mais dificuldade para desenvolver atividades diárias simples. Para Civinski *et al.* (2011) todos esses efeitos têm mais relação com o estilo de vida tomado pelo indivíduo do que sua própria idade cronológica.

O declínio nos níveis de atividade física na vida dos idosos pode ser um grande aliado na redução de aptidão física funcional. A aplicação de uma rotina de exercícios físico é essencial para a promoção da saúde das pessoas da terceira idade, podendo ajudar a prevenir doenças que possuem relação com o envelhecimento, e levar, como citado por Nahas (2006), ao aumento de força e resistência muscular, flexibilidade e agilidade, equilíbrio, coordenação, potência e velocidade de deslocamento. Tais práticas geram resultados a curto prazo, como a diminuição no risco de quedas e fraturas, diminuição da taxa de gordura corporal e aumento de força muscular, sendo que os idosos possuidores de uma boa aptidão física desempenham melhor as atividades do cotidiano, mantendo mais sua autonomia, o que aumenta sua motivação no dia a dia (CIVINSKI *et al.*, 2011)

Caspersen, Powell, Christensen (1985) conceituaram o exercício físico como toda atividade física planejada, estruturada e repetitiva que tem como objetivo a melhoria e manutenção de componentes da aptidão física. Segundo Velasco (2006), dentre os diversos exercícios existentes, os mais indicados para população de idosos variam entre a hidroginástica, a musculação, a natação ou uma simples caminhada ou corrida. Independente de qual seja o programa de exercício físico para os idosos, deve haver controle de carga, intensidade, intervalo e frequência. Os princípios do treinamento devem ser aplicados de forma semelhante a aplicação em pessoas mais jovens, lembrando e respeitando as limitações de cada indivíduo (CIVINSKI *et al.*, 2011).

Nesse sentido, o projeto apresenta uma nova metodologia de trabalho com os idosos, denominado treinamento multimodal, segundo Fortaleza (2017) esse se trata de uma junção do treinamento combinado com o funcional, que alia exercícios funcionais e cognitivos dispostos em forma de circuito possibilitando a ampliação da aplicação de atividades para os idosos.

2. Metodologia e funcionamento das aulas

O trabalho aqui apresentado possui cunho descritivo de abordagem qualitativa e tem como objetivo principal apresentar a aplicação do treinamento de força inerente ao projeto de extensão “Cultura corporal para idosos”.

O projeto de extensão “Cultura Corporal para Idosos”, trabalha treinamento multimodal com pessoas de idade superior a 55 anos. O mesmo é realizado no bloco M07 do departamento de educação física da UEM e tem como expectativa melhorar as capacidades funcionais, físicas e de socialização dos idosos. As aulas possuem carga

horários de 60 minutos e são realizadas duas vezes na semana com cada grupo de idosos, sendo que há dois grupos que participam na segunda e na quarta, e outros dois que participam na terça e na quinta. Os grupos são formados pela disponibilidade dos interessados e pelo tempo ao qual encontram-se inseridos no projeto.

As aulas são constituídas principalmente por três partes. A primeira consiste no aquecimento inicial, que dura em torno de 15 minutos, na qual são realizados exercícios de soltura para preparar e alongar o corpo para realizar as próximas atividades. Segundo Beyer (1992 p.153-154):

Esta denominação foi escolhida como conclusão lógica da revisão da literatura efetuada, que demonstrou a importância e a especificidade do aquecimento em aulas para idosos. Períodos mais longos para o aquecimento são necessários em aulas para idosos porque adaptação destes é mais lenta do que a dos jovens.

A segunda parte consiste no circuito de exercícios, referente ao treinamento multimodal, em que são trabalhados exercícios de fortalecimento dos membros superiores e inferiores, músculos abdutores, músculos agonistas e antagonistas do movimento, rotação de tronco, exercícios aeróbios, de raciocínio rápido e estratégia, agilidade e velocidade, coordenação motora grossa, coordenação motora fina, flexibilidade, equilíbrio estático e dinâmico, habilidades coordenativas, cognitivas e de cooperação. Para a realização os idosos se dividem em grupos com a mesma quantidade de pessoas, que normalmente varia de 3 a 4 pessoas, e praticam o exercício colocado em cada estação tempo pré-determinado de 1 minuto e 30 segundos, no final deste tempo eles trocam de estação e descansam por 50 segundos e a cada volta completa descansam por 2 minutos, tempo esse disposto para que se hidratem e descansem para a próxima rodada de exercícios. O circuito é completamente modificado mensalmente e sofre pequenas alterações a cada duas semanas. As alterações aumentam o nível de dificuldade dos exercícios de acordo com a evolução da turma e seu tempo de prática. Além disso, algumas atividades são acompanhadas e desenvolvidas de acordo com o ritmo musical, buscando músicas variadas da época dos idosos e atuais, o que colabora para a animação das turmas.

A terceira parte trata-se do alongamento final, que dura em torno de 15 minutos, eles se alongam em pé ou sentado para o relaxamento dos músculos evitando assim que ocorra algum tipo de fratura ou lesões, "a frequência e a resposta cardíacas devem retomar aos níveis normais, o calor do corpo se dissipar, os refugos são removidos, as provisões de energia são reabastecidas e ocorre a vasoconstrição" (BIRREN anos.p.154). Busca-se além do relaxamento muscular aumentar a amplitude de movimento e evitar sua perda, algo que também é acarretado com o avanço da idade, quando não trabalhado.

Os acadêmicos responsáveis por aplicar as atividades e corrigir os movimentos, entre outros envolvidos, buscam manter-se atualizados, dar o máximo de atenção nas aulas e prezam o bom tratamento para a formação de uma boa relação com os participantes, buscando assim que a prática de exercício físico se mantenha prazerosa e permitindo a si mesmos tornar mais rico o seu conhecimento profissional.

3. Conclusão

O treinamento multimodal aplicado tem se mostrado satisfatório, é possível observar que os idosos participantes têm obtido resultados positivos em relação às qualidades físicas, psicológicas e até mesmo sociais. A mudança do circuito a cada período de tempo, o auxílio e atenção dos professores e até mesmo a música colocadas nas aulas,

os mantém motivados, gerando assim melhores resultados. Os próprios participantes mostram-se satisfeitos e permanecem autônomos e independentes em relação a movimentação. Apesar do projeto apresentar recentemente essa nova metodologia de trabalho os resultados se mostraram positivos, ainda que precoces. Espera-se ao final do período de 2018, uma avaliação mais criteriosa, por meio de instrumentos e testes.

4. Referências

- BEYER, erich. dictionary of Sport Science. Schorndorf: Verlag Karl Hofmann, 1992.
- BRITO, F. C. E.; LITVOC, C. J. (Org.). **Envelhecimento: prevenção e promoção de saúde**. São Paulo: Atheneu, p.1- 16, 2004.
- CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSEN, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. *Public Health Reports*, p.126–131, 1985.
- CIVINSKI, C.; MONTIBELLER, A.; BRAZ, A. L. O. A importância do exercício físico no envelhecimento. **Revista da Unifebe** (Online), p.163-175, 2011.
- CLOSS, V. E.; SCHWANKE, C. H. A. A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. **Rev. bras. geriatr. gerontol** (online), p.443-458, vol.15, n.3, 2012.
- D'AVILA, F. Ginastica, dança e desporto para a terceira idade. Brasília: SESI/DN:INDESP, 1999.
- FECHINE, B. R. A.; TROMPIERI, N. Processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Rev Cient Int**, p.106-194, 2012.
- FORTALEZA, A. C. S. **Efeito do treinamento multimodal comparado ao combinado, no controle postural, marcha, aptidão funcional e composição corporal de mulheres pós-menopausa**. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) - Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, pag.12. 2015.
- IBGE. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 de novembro de 2018
- MARI, F. R.; ALVES, G. G.; AERTS, A. R. G. C.; CAMARA, S. O processo de envelhecimento e a saúde: o que pensam as pessoas de meia-idade sobre o tema. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, p. 35-44, Rio de Janeiro, 2016.
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: Editora Mediograf, 4ª edição, 2006.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2005.
- VELASCO, C. **Aprendendo a envelhecer: a luz da psicomotricidade**. São Paulo: Phorte, 2006.

A Puericultura no contexto extensionista e da promoção da saúde infantil

Área Temática: Saúde

Ieda Harumi Higarashi¹, Bianca Machado Cruz Shibukawa², Vitória Isabelle Silva Araújo³

¹Prof.^a Depto de Enfermagem – DEN/UEM, contato: ieda1618@gmail.com

²Aluna do Mestrado em Enfermagem, bolsista CAPES–UEM, contato: bih.cruuz@gmail.com

³Aluna do curso de Enfermagem, bolsista PIBEX/FA-UEM, contato: vitoriaaraujo2301@gmail.com

Resumo: *Trata-se de estudo no formato relato de experiência, que teve por objetivo descrever os principais resultados da implementação do projeto de extensão universitária Assistência de Enfermagem na Creche Pertinho da Mamãe, da Universidade Estadual de Maringá. O relato descreve as atividades desenvolvidas, com destaque para a expansão das atividades do projeto para outros locais, quais sejam, a UBS Vila Operária e o CMEI Dilce Ramalho. Os resultados positivos com o envolvimento direto de alunos de graduação e pós-graduação e profissionais da atenção básica e da educação infantil, incentivam a continuidade das atividades de parceria.*

Palavras-chave: Enfermagem pediátrica - Creche - Puericultura

1. Apresentação

O Centro de Educação Infantil (CEI) "Pertinho da Mamãe" da Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi criado em 1985 para atender filhos de servidoras da UEM, visando proporcionar acolhimento e assistência a estas crianças durante a jornada de trabalho das mães. As crianças são distribuídas em quatro salas de estimulação e duas de maternal, podendo permanecer no CEI por meio período ou período integral. O Projeto de Extensão "Assistência de Enfermagem no Centro de Educação Infantil Pertinho da Mamãe da Universidade Estadual de Maringá", se iniciou em 2006 e conta com a participação de docentes, alunos de graduação e pós-graduação de enfermagem, que desenvolvem atividades voltadas ao atendimento integral das crianças do Centro de Educação Infantil. Para isto são realizadas atividades educativas e de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil; controle da cobertura vacinal; estímulo e orientações em aleitamento materno; prevenção de doenças comuns da infância e promoção da saúde.

2. Objetivo

Descrever as atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão Assistência de Enfermagem na Creche Pertinho da Mamãe, com ênfase na inclusão das atividades de puericultura em Unidade Básica de Saúde.

3. Metodologia

Trata-se de estudo do tipo relato de experiência, com foco nas atividades realizadas no âmbito de um projeto extensionista.

4. Resultados e Discussão

A partir do ano de 2017, para além das atividades usuais implementadas, expandiu-se a atuação do projeto para outros locais, sempre com foco na assistência pediátrica e na promoção da saúde infantil. Nesse sentido, e visando a integração das atividades com a atenção primária em saúde, o projeto passou a atuar em consultas de puericultura realizadas no âmbito de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Maringá, qual seja, a UBS da Vila Operária.

Sobre a importância da puericultura no cenário da promoção da saúde infantil, cabe enfatizar que a mesma constitui um dos pilares da atenção básica. Nesse sentido, autores enfatizam que a Atenção Básica se pauta em ações práticas que envolvem conhecimentos e habilidades técnico-científicos, com a finalidade de transformar as condições de saúde da comunidade, pela promoção da saúde.

Neste contexto, destaca-se o acompanhamento da saúde da criança (SILVA, et al, 2016), por meio do Programa de Puericultura, que tem como mote: assistir o crescimento e desenvolvimento; orientar a prevenção de acidentes; incentivar a vacinação; prevenir doenças frequentes no primeiro ano de vida, estimular o aleitamento materno, além de registrar todos os procedimentos no cartão da criança (SILVA, et al, 2016; GUBERT, et al, 2015).

As atividades realizadas no âmbito do Projeto de Extensão “Assistência de Enfermagem na Creche Pertinho da Mamãe”, incluíram avaliação do processo de crescimento e desenvolvimento das crianças matriculadas na creche, atividades de educação em saúde nas creches Pertinho da Mamãe/UEM e Centro Municipal de Educação Infantil Dilce Ramalho, além de consultas de puericultura na Unidade Básica de Saúde da Vila Operária, Maringá, Paraná.

As atividades na CMEI Dilce Ramalho e na UBS Vila Operária constituem-se em atividades expandidas do projeto de extensão inicial, acompanhando as demandas de formação extensionista dos acadêmicos envolvidos.

Deste modo, atingiu-se o objetivo de avaliar a maior parte das crianças matriculadas na creche, com exceção daquelas que por motivos variados (atestado médico) não estavam presentes nos dias de avaliação. Deste processo pode-se verificar que todas as crianças avaliadas apresentavam-se com crescimento e desenvolvimento adequados à idade (clientela com idade de 0 a 4 anos).

No Centro de Educação Infantil Dilce Ramalho, foram realizadas atividades de avaliação pondero-estatural (pesagem e medida) das crianças matriculadas, em parceria com a equipe de Saúde da Família da Unidade Básica de Saúde da Vila Operária, além de atividades educativas solicitadas pela Direção daquele estabelecimento de Ensino. No primeiro semestre, foi realizada palestra voltada aos educadores infantis, intitulada Importância da saúde dos cuidadores/educadores infantis. No segundo semestre, por ocasião das atividades da Semana da criança, promoveu-se atividade em parceria com outro Projeto de Extensão (Médicos da Graça/UEM), versando sobre saúde infantil.

No concernente às Consultas de Puericultura realizadas pelo projeto, em 2017 o projeto atendeu e acompanhou 13 recém-nascidos. Dentre estes, a maioria (61,53%) era do sexo feminino. Todos os bebês nasceram na Maternidade de referência para a UBS, e apresentaram APGAR maior que sete no quinto minuto de vida. A via de parto predominante (61,53%) foi a cesárea. Apenas um recém-nascido foi classificado como prematuro, os demais apresentaram média de idade gestacional de 39 semanas e três dias. Da mesma maneira, apenas um RN apresentou baixo peso ao nascer (prematuro,

com 1.875 gramas), os demais apresentaram peso ao nascer médio de 3,378 gramas. Quanto às queixas das mães durante a consulta de puericultura, 46,15% não apresentaram queixa, tendo comparecido à consulta de maneira rotineira. Já 23,07% das mães relataram problemas gastrointestinais do RN. As famílias foram, em sua totalidade, orientadas quanto ao estado de saúde do bebê, evolução antropométrica além de esclarecimentos acerca da curva de crescimento e cuidados de higiene, saúde e alimentação.

5. Considerações finais

A experiência do projeto demonstrou a importância da puericultura, com introdução de uma sistemática de atenção junto a esta clientela e potencial de impacto em longo prazo à saúde da comunidade atendida.

No âmbito do ensino, promoveu o desenvolvimento do trabalho conjunto, universidade e serviço, e a integração na aprendizagem entre graduação e pós-graduação. Como limitações, aponta-se o número reduzido de acompanhamentos, por se tratar de ação em período de implantação da atividade no âmbito de ações do projeto extensionista.

6. Referências

CATANI, Denice. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 585-600.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 53.^aed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GUBERT, Fabiane do Amaral; SANTOS, Daisyanne Augusto dos Sales; PINHEIRO, Maria Talyta Mota; BRITO, Larissa Ludmila Monteiro de Souza; PINHEIRO, Sarah Rayssa Cordeiro Sales; MARTINS, Mariana Cavalcante. Protocolo de enfermagem para consulta de puericultura. *Rev Rene*. Fortaleza, Fev; v. 16, n.1, p.81-89.

PINEAU, Pablo. Historiografía educativa sobre estéticas y sensibilidades en América Latina: un balance (que se sabe) incompleto. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Maringá (UEM), v. 18, n. 48, 16 p., 2018.

SILVA, Gabriela Santos da; DUARTE, Michelle Lima Duarte; COSTA, Graziely Maria Gonçalves; SOUZA, Danielle Costa de Souza. Grupo de puericultura: experiências de estudantes de enfermagem. *Rev. Rede de Cuidados em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, edição especial, p.1-4, 2016.

VALOR ECONÔMICO. As lições de carreira que altos executivos dão para os filhos. Seção Carreira - Recursos Humanos. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/carreira/5604107/licoes-de-carreira-que-altos-executivos-dao-para-os-filhos>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

INCIDÊNCIA DO USO DO NARGUILÉ PELOS VISITANTES DA EXPOSIÇÃO DO PROJETO TABAGISMO DO MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR DA UEM.

Giovanna Andretto¹, Miyoko Massago², Celso I. Conegero³, Idalina, D. R. Carolino⁴

¹Aluna do curso de ciências Biológicas, bolsista PIBIS/FA – UEM, contato: giovannaandretto1998@gmail.com

²Mestre em Ciências Biológicas, contato: mi_massago@hotmail.com

³Prof^o Depto de Ciência Morfológicas – DCM/UEM, contato: celsoconegero@hotmail.com

⁴Prof^a Depto de Medicina – DMD/UEM, contato: idrcarolino@uem.br

Resumo: Apesar da principal forma de tabagismo através do cigarro, o uso do narguilé tem se popularizado, principalmente entre os jovens, já que nesta fase eles estão em busca de novas experiências. Desta forma o objetivo deste trabalho foi avaliar o consumo do tabaco por meio do narguilé entre os visitantes da exposição do projeto tabagismo do Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá. Foram aplicados por um mês, questionários contendo perguntas objetivas para avaliar o uso do narguilé de acordo com a escolaridade. Nossos resultados indicaram maior incidência entre alunos do ensino médio e menor no ensino superior completo. Portanto é necessária a conscientização e a prevenção da iniciação do tabagismo e tratamento dos dependentes da nicotina nesta população.

Palavras-chave: tabagismo – narguilé – visitantes.

1. Introdução

No Brasil aproximadamente 10,2% da população adulta são fumantes¹ e apesar do cigarro ser a principal forma de tabagismo, o consumo do tabaco por meio do narguilé tem se popularizado, principalmente na população jovem² devido aos diversos sabores e aromas que apresentam^{3,4}.

Conhecido também como *narghileh*, *shisha*, *hookah*, é um aparelho caracterizado pelo resfriamento da fumaça liberada pela queima do tabaco antes de ser inalado, além disso, apresenta diferentes formas e funções⁵. Apesar de resfriada a fumaça contém monóxido de carbono, alcatrão, metais pesados, arsênio, benzopireno, níquel e cobalto, berílio, cromo e chumbo em concentrações superiores àquelas observadas no cigarro⁶.

Além disso, há milênios os povos da Ásia e do Oriente Médio utilizavam o narguilé, entretanto só na década de 1990 que ele se popularizou entre jovens, e entre os anos 1999 e 2008 foi observado um elevado uso deste aparelho pelos adolescentes⁷.

Associado a isso, existe a crença errônea de que o consumo do tabaco por meio do narguilé ocasiona menos danos a saúde comparado ao cigarro^{3,4}. Estes fatores juntamente com a busca de novas experiências e a necessidade de se inserir em um determinado grupo social têm levado muitos jovens a usarem este aparelho, fazendo com que 18 a 30% dos jovens tenham utilizado ele em algum momento da sua vida⁷.

Ainda, aproximadamente 25% dos jovens que experimentam o tabaco tornam-se

dependentes do produto⁸, e apesar da maioria dos fumantes almejam o abandono do vício, apenas 3% conseguem o êxito todos os anos sem ajuda dos profissionais de saúde⁹, assim muitos jovens que são usuários do narguilé podem recorrer aos centros de cessação do tratamento aos dependentes de nicotina do futuro, desta forma é importante o perfil do tabagismo nesta população.

2. Objetivo

Avaliar o consumo do tabaco por meio do narguilé entre os visitantes do ambiente do projeto tabagismo da Universidade Estadual de Maringá, entre os meses de junho e julho de 2018 com intuito de averiguar o perfil do tabagismo que futuramente será o alvo dos centros de tratamento do tabagismo.

3. Metodologia

Inicialmente foi realizada uma revisão literária sobre o tabagismo entre os jovens e adultos para determinar a população alvo do presente estudo. Desta forma ficou estabelecido que seria avaliado o perfil do consumo do tabaco por meio do narguilé entre todos os visitantes do ambiente do projeto tabagismo da UEM entre os dias 13 de junho a 12 de julho de 2018 através que aplicação de um questionário objetivo e de fácil entendimentos para todas as idades sobre o assunto.

Os dados coletados foram divididos de acordo com a escolaridade: Ensino Fundamental (EF), médio (EM) e superior incompleto (ESI), superior completo (ESC) para avaliar o perfil do tabagismo nesta população.

Os resultados obtidos foram analisados por meio da estatística descritiva e apresentados na forma de gráficos.

4. Resultados

Entre os dias 13/06 à 12/07/2018 foram entrevistados 120 pessoas, destas 39 eram do EF, 63 do EM, sete do ESI, seis do ESC e cinco não informaram a escolaridade.

O grupo que apresentou a maior percentual de indivíduos que utilizaram e o narguilé foi do EM, enquanto que aqueles com ESC foram os que menos fizeram o uso do narguilé (fig.1).

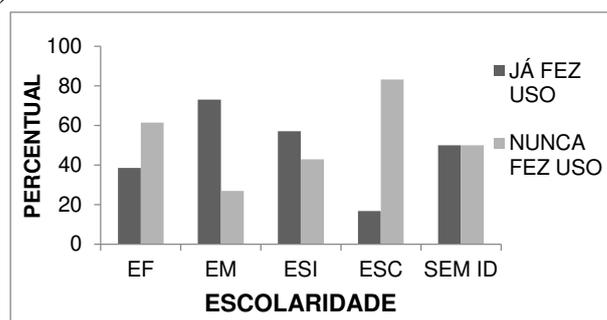


Figura 1: Percentual de pessoas que fizeram o uso de narguilé entre os visitantes da exposição do projeto tabagismo do Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM, nos últimos meses.

Verificou-se também, que o percentual de pessoas que ainda fazem o uso do narguilé foi maior no EM, e menor no ESC (fig. 2)

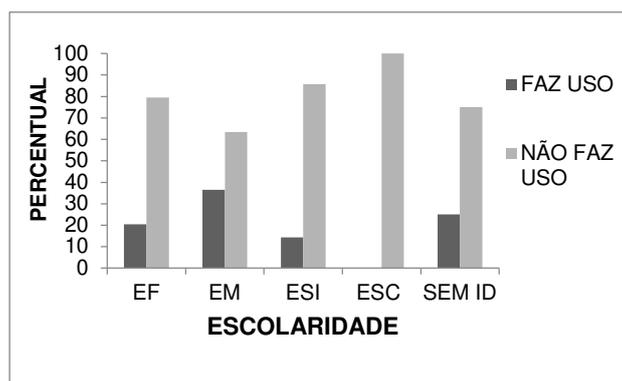


Figura 2: Percentual de pessoas que fazem o uso de narguilé entre os visitantes da exposição do projeto tabagismo do Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM, nos últimos meses.

Ainda, no EF a faixa etária variou de 11 a 15, no EM de 14 a 18, no ESI de 20 a 34, no ESC de 35 a 53 e os sem identificação de 14 a 44 anos.

5. Discussão

A maior prevalência do tabaco por meio do narguilé no EM observado no presente trabalho corresponde com os dados divulgados pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), que relata que a iniciação tabágica entre adolescentes e jovens é em média de 16 anos¹¹.

No entanto é importante ressaltar que houve uma discrepância da faixa etária entre os entrevistados da mesma escolaridade, o que pode ter influenciado nos resultados obtidos no EF, onde alguns alunos apresentavam idades correspondentes ao EM.

Assim como os dados divulgados pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGETEL), que descrevem que a prevalência do tabagismo é menor entre as pessoas de maior escolaridade¹, nesta pesquisa também verificou-se um menor número de fumantes no ESC.

6. Conclusão

De acordo com os nossos dados conclui-se que é importante a conscientização e a prevenção do tabagismo, principalmente entre os alunos do EM. Além do tratamento daqueles que já se tornaram dependentes da nicotina.

7. Referências

1-BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Estimativas sobre a frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para as doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal em 2016. [Cited 2018 April 13]. Available from: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/imagens/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil-2016.pdf>>

2-BRASIL. Ministério da saúde. Instituto nacional do câncer. Pesquisa: *Vigilância de tabagismo em universitários da área da saúde*. 2009. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2009/pesquisa_vigilancia_do_tabagismo_em_universitarios>. Acesso em: 01 de março 2018.

- 3-KNORST, Marli Maria., et al. *Cigarro Eletrônico: o novo cigarro do século 21?*. J Bras de Pneumol, Brasília-DF, V.40, N.5, (setembro/outubro). Disponível em: < http://www.jornaldepneumologia.com.br/detalhe_artigo.asp?id=2338 >. Acesso em: 13 jul.2018.
- 4-MARTINS, Stella Regina., et al. *Experimentação de e conhecimento sobre narguilé entre estudantes de medicina e uma importante universidade do Brasil*. J Bras de Pneumol, Brasília-DF, V. 40 N. 2, (Março/Abril). Disponível em: < http://www.jornaldepneumologia.com.br/detalhe_artigo.asp?id=2264 >. Acesso em: 13 jul. 2018.
- 5-MARQUETTI, Maria da Glória Karan. *Análise da influência das redes sociais no consumo de narguilé por adolescentes residentes em foz do iguaçu-PR*. Foz do Iguaçu-PR, 2017. Disponível em: < <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2930>>. Disponível em: 20 jun. 2018.
- 6-REVELES, CC., et al.; *Factors associated with hookah use initiation among adolescents*. J Pediatr (Rio J), 2003. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3997/399738203011/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- 7-MAZIAK, Wasmin; *a epidemia global de usar narguilé*. Sciencedirect V. 36 pag 1-5. (Janeiro/fevereiro 2011). Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306460310002662>>. Acesso em: 20 jun 2018.
- 8-BROOKMAN, Libby., et al., *A nova popularidade do narguilé entre estudantes universitários dos EUA: um estudo piloto das características dos fumantes de narguilé e suas exibições no Facebook.*, 2012. Volume 2, número 6. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3533013/#R6>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- 9-SILVA, Celso Antônio Rodrigues da., et al. *Composição química da fumaça do cigarro*. In: VIEGAS, C.A.A. *Tabagismo do diagnóstico à saúde pública*. São Paulo: Atheneu, 2007.p. 11-23.
- 10-BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. *Abordagem e Tratamento do Fumante: consenso 2001*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível: < http://portal.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/homepage//tratamento_fumo_consenso.pdf > . Acesso em: 13 jul.2018.
- 11-BRASIL. Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco. *Prevalência de Tabagismo*. 2017. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dos_numeros/prevalencia-de-tabagismo>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Avaliação da Ingestão Proteica em Pacientes Litiásicos

Área Temática: Saúde

Aline Savam¹, Franciele de A. Nascimento², Idalina Diair Regla Carolino³, Márcia R. N. de Oliveira⁴

¹Aluna do curso de Farmácia, bolsista de extensão, contato: ra104001@uem.br

²Aluna do curso de Farmácia, participante do projeto, contato: ra103947@uem.br

³Prof.^a do Departamento de Medicina – DMD/UEM contato: idrcarolino@uem.br

⁴Prof.^a do Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina – DAB/UEM contato: mmrones@gmail.com

Resumo. A litíase renal é um quadro clínico de ocorrência multifatorial (hereditariedade, clima, alterações anatômicas e infecções do trato urinário, distúrbios metabólicos e ingestão alimentar) e complexa que acomete cerca de 12% da população, recorrente predominantemente entre homens de 20 a 40 anos, indivíduos de maior poder econômico e em países tropicais e industrializados, com grandes chances de reincidência. Está intrinsecamente ligada aos hábitos nutricionais dos indivíduos, visto que o consumo de determinados nutrientes pode atuar como promotores (no caso de proteínas e sódio, por exemplo) ou inibidores (ingestão hídrica, por exemplo) no processo de formação de cálculos renais. O presente estudo buscou avaliar o perfil de consumo nutricional de pacientes litiásicos, demonstrando que o consumo de proteínas está em disparidade com o aconselhado, aumentando o risco de formação do cálculo renal.

Palavras-chave: litíase – nutrição – proteína

1. Introdução

A litíase é uma doença presente na humanidade desde seus primórdios (há registros de cálculos renais encontrados em múmias egípcias), é a terceira afecção mais comum no sistema urinário, sendo responsável por uma elevada taxa de morbidade, com frequentes hospitalizações e procedimentos cirúrgicos, gerando, no sistema de saúde, um alto custo no atendimento de indivíduos acometidos¹. Tendo uma prevalência de 12% na população mundial, sendo mais comuns em indivíduos brancos entre 20 e 40 anos, sendo a idade média de apresentação de cálculos, 39 anos, do sexo masculino (três vezes mais frequente quando comparado ao sexo feminino) e com frequência bastante alta de reincidência: cerca de 50% dos indivíduos acometidos apresentarão um segundo episódio de litíase num intervalo de 5 a 10 anos². Além disso, países industrializados, em comparação a países em desenvolvimento, ou de clima tropical, em comparação a países de climas temperados ou frios, possuem uma maior incidência de cálculos urinários, em decorrência do tipo de alimentação e da perda de água através do suor, respectivamente. Sendo observado ainda uma maior predominância do quadro clínico em indivíduos com maior poder econômico³.

Cálculos urinários são concreções anormais nos rins, nos ureteres ou na bexiga de composição cristalina e matriz orgânica, sendo os componentes mais frequentes: os cálculos de cálcio como oxalato de cálcio (60%), fosfato de cálcio (10%), ácido úrico (5 a 10%), estruvita (5 a 10%) e cistina (1%)⁴. A Litogênese, resultado de um processo complexo e multifatorial associado a distúrbios metabólicos, infecção urinária, anormalidades anatômicas e causas idiopáticas, em geral, se dá pela cristalização inicial

de um núcleo com futura agregação, retenção e crescimento dos cristais. A supersaturação urinária por componentes pouco solúveis ou insolúveis é a principal condição necessária à litogênese, porém, sendo esta uma condição natural à urina, o que impede a formação de cálculos é presença de substâncias inibidoras (citrato, magnésio, glicosaminoglicanos e pirofosfato) da cristalização que agem nos núcleos de crescimento ativo e impedem a agregação dos cristais. Em geral, a cristalização ocorre devido a alterações na composição da urina, maior excreção de promotores ou menor excreção de inibidores. Outros fatores que influenciam na formação de cálculos, são o pH urinário, volume urinário (diretamente ligado a ingestão líquida) e a dieta².

A orientação nutricional é um fator de grande importância e, há vários anos, muitos alimentos (sobretudo o cálcio, o sódio e as proteínas) vem sendo estudados para avaliação de seus papéis como formadores ou inibidores da litíase renal. Em relação à proteína, um aumento em sua ingestão, sobretudo a proteína de origem animal que, em dietas ideais não deve ultrapassar 50% do consumo total de proteínas diárias (com exceção de leite e derivados, devido à alta oferta de cálcio, visto que estudos mostram uma relação entre a diminuição do consumo de cálcio e o aumento das chances de desenvolvimento de cálculo renal), leva a um aumento da calciúria, devido a maior reabsorção óssea e menor reabsorção tubular do cálcio; pode contribuir, devido a maior concentração de purinas, para o quadro de hiperuricosúria e oxalúria, o excesso de proteína pode ainda alterar a excreção de promotores ou inibidores da cristalização como, por exemplo: a diminuição do pH provocada pela sobrecarga de proteína, diminui a excreção do citrato por meio de uma absorção tubular proximal elevada e da utilização na gliconeogênese provocada pela acidose intracelular^{1,2}.

2. Objetivos

Avaliação do perfil nutricional de pacientes com histórico de litíase renal atendidos pelo projeto, sobretudo o consumo de proteína e sua relação com o desenvolvimento de cálculos renais para possíveis intervenções em seus hábitos nutricionais futuros.

3. Método

No período de 2003 a 2013 foram entrevistados 56 pacientes com histórico de litíase renal e com recordatório alimentar completo. Destes, 15 eram do sexo masculino, 41 eram do sexo feminino e com faixa etária de 6 a 77 anos. A ingestão proteica do grupo foi avaliada de acordo com a elaboração de recordatório de 24 horas do dia anterior à entrevista, em que os participantes, ou seus acompanhantes, foram orientados a não alterarem seus hábitos de ingestão alimentar em virtude da pesquisa, ao qual foi realizada da forma mais detalhada possível (contendo no recordatório: horário da refeição, modo de preparo e ingredientes utilizados) e em medidas de quantificação caseiras, todos os alimentos por ele ingeridos no período indicado.

4. Resultados e discussões

No estudo realizado, os recordatórios revelaram que o consumo de proteína, na maioria dos indivíduos, não está em consonância com os valores de consumo diário aconselhados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

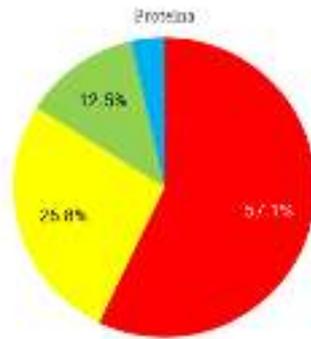


Figura 1. Consumo de proteína, sendo: 1 consumo excessivo; 2 consumo acima do ideal; 3 consumo adequado; e 4 consumo abaixo do indicado.

Analisando a figura 1 conclui-se que, em relação à ingestão de proteína, 57% (32 pessoas) se alimentam excessivamente, 27% (15 pessoas) tem um consumo acima do normal, 12% (7 pessoas) tem um consumo ideal e 4% (2 pessoas) ingerem uma quantidade abaixo do normal.

O consumo médio de proteína obtido no estudo realizado foi bastante superior ao indicado pelo OMS: 10 a 15% do total de calorias diárias consumidas pelo indivíduo, de forma que a proteína animal não ultrapasse 50% do valor total de proteína consumido. Porém, nos pacientes analisados, a maior parte desse valor é derivado do consumo de proteína animal, que está diretamente ligada a maior excreção de cálcio, oxalato e ácido úrico na urina, favorecendo o processo de nucleação de cristais de cálcio, na forma de oxalato de cálcio (que é o componente mais comum encontrado em cálculos renais). A diminuição do pH provocada pelo maior consumo proteico pode diminuir a solubilidade do ácido úrico, que em pH ácido se encontra em sua forma livre não dissociada e pouco solúvel (em pH sanguíneo o ácido úrico se encontra predominantemente em forma de sal iônico, urato de sódio, bastante solúvel), o que pode levar a precipitação de cristais de ácido úrico, responsável pela formação dos cálculos renais em 5 a 10% dos pacientes litíasicos. Além disso, o consumo excessivo de proteína pode afetar a excreção de inibidores do processo de formação de cristalização, como o citrato, responsável diretamente pela inibição da formação de cálculos, uma vez que forma complexos que desestabilizam o início do processo de litogênese.

5. Conclusão:

A avaliação da ingestão de proteína mostrou que os pacientes litíasicos entrevistados, em sua maioria, não possuem uma alimentação adequada de acordo com os parâmetros indicados pela OMS: consumo proteico na faixa de 10-15% do total de calorias consumidas diariamente sendo, no máximo, 50% provinda de origem animal. Ao contrário, este estudo mostrou que os indivíduos analisados possuem dieta hiperproteica, ou seja, extrapolam os limites de ingestão de proteína aconselhados. A alimentação é um dos fatores que podem aumentar o risco de formação de cálculo renal, portanto uma orientação dietética visando uma dieta com quantidades ideais de proteína é capaz de reduzir significativamente a prevalência de litíase, de modo que se torna uma preocupação do projeto a orientação desses pacientes quanto a este fator de risco, com a construção de um material adequado para este entendimento.

6. Referências

¹DAMASIO, Patrícia Capuzzo Garcia. Litíase urinária e hipercalcúria idiopática: importância da avaliação da ingestão alimentar. 2009. 77 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/86328>>. Acesso em 6 de julho de 2018.

²ELIVINO Barros; Roberto C. Manfro; Fernando S. Thomé; Luiz Felipe S. Gonçalves e colaboradores. *Nefrologia: Rotinas, Diagnósticos e Tratamento*. 2º Edição. São Paulo: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

³NOVO, Benigno. COSTA, Baruc Bandeira LITÍASE RENAL. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, 2017, N°. 000110. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/litiasi-renal>>. Acesso em: 6 de julho de 2018.

⁴MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. *Alimentos, Nutrição e Dietoterapia*. 11º Edição. São Paulo: Editora Roca, 2005.

ÁREA TÊMÁTICA: TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

A contribuição do CerAUP/UEM e das Hortas Comunitárias na transformação de comunidades urbanas

Área Temática: Tecnologia e Produção

Ednaldo Michellon¹, Heloise Cornete Neves², João Pedro Mariano dos Santos³,
Vinicius Rampi dos Santos⁴

¹Prof. Depto de Agronomia – DAG/UEM, contato: emichellon@uem.br

²Aluna do curso de Agronomia, bolsista DEX/UEM, cont.:
heloisecorneteneves@gmail.com

³Aluno do curso de Agronomia, bolsista PIBEX/UEM, cont.:
mariano_joaopedro@hotmail.com

⁴Aluno do curso de Agronomia, bolsista DEX, contato: viniciusrampis@gmail.com

Resumo. *Em Maringá-PR, o projeto Hortas Comunitárias – HC, coordenado pela Prefeitura Municipal, em parceria com o Centro de Referência de Agricultura Urbana e Periurbana – CerAUP/UEM, atende 38 estabelecimentos, contando com o trabalho de 1.025 famílias de agricultores/as urbanos. As práticas realizadas têm bases agroecológicas, garantindo-se um alimento saudável, comercialização dos excedentes e geração de trabalho e renda. O êxito deste é fruto da cooperação entre Estado, Prefeitura, CerAUP/UEM, e sociedade civil organizada, tornando as HC ferramentas democráticas de promoção de qualidade de vida e desenvolvimento local sustentável.*

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana; Políticas Públicas; Segurança Alimentar e Nutricional.

1. INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial, com a “Revolução Verde”, o aumento da mecanização no campo causou uma enorme migração da população para os centros urbanos, uma vez que os novos sistemas de produção implantados não contemplavam pequenos e médios produtores. Ademais, esse êxodo desorganizado para as grandes cidades, gerou periferias populosas e carentes, em situação de baixa renda e insegurança alimentar e nutricional.

Neste cenário de necessidades, o cultivo de alimentos em zonas interurbanas e periurbanas passa a ter um destaque como alternativa viável, e a prática começou a ser estimulada em muitas partes do mundo, inclusive no Brasil. É nesse viés que o município de Maringá conta com o programa Hortas Comunitárias de agricultura urbana e periurbana, no qual 38 unidades, onde atuam diretamente 1.025 famílias, produzem mais de 900 toneladas de alimentos saudáveis e livres de contaminantes por ano.

Baseada no movimento cidades saudáveis proposto pela Organização das Nações Unidas – ONU, a Prefeitura do Município de Maringá – PMM fundou, em 2005 o programa “Maringá Saudável”, o qual incluía os projetos: Academia da Terceira Idade, Lei Antitabagista, Espaço Saúde e as Hortas Comunitárias. Este foi elaborado conforme metodologias internacionais e nacionais de experiências de Agricultura Urbana e Periurbana – AUP, sendo, através de recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, colocado em prática em parceria com o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CerAUP/UEM, e

iniciando suas atividades em 2008. Deste modo, o CerAUP é parte de um movimento bem maior que busca cumprir o Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS), que vem se consolidando no Brasil com base em políticas públicas que visam resgatar a dignidade humana e a Soberania Alimentar (MICHELLON, 2016).

2. MATERIAL E MÉTODOS

O modo como são implantadas as Hortas Comunitárias em Maringá sofreu algumas mudanças desde que este processo começou. Quando os trabalhos estavam se iniciando, em 2007, era necessário o mapeamento de locais compatíveis com os objetivos do projeto e era feito então um convite à comunidade local, para a participação no mesmo. Atualmente, com a grande repercussão e sucesso das HC, a população, geralmente organizada por meio de associações de bairros e representadas na figura de um/a Presidente de Bairro, é quem apresenta esta demanda para a prefeitura.

Uma vez constatada a possibilidade da fundação de um estabelecimento em uma determinada localidade, instituem-se os processos burocráticos. Uma avaliação agrônômica é feita no terreno, que normalmente é de posse do município, onde é avaliado, pela prefeitura, se o terreno está em boas condições tanto para o cultivo de hortaliças quanto para a circulação de pessoas. Estando aprovado, o empreendimento é protocolado no paço municipal, e logo em seguida a construção infraestrutura básica da horta, que consiste nas cercas, estufa, sistema de abastecimento de água, construção dos canteiros, entre outras coisas, é feita pelos funcionários da PMM.

É feita, então, uma reunião com as famílias interessadas em participar da HC, na qual lhes são distribuídos os canteiros, em função do tamanho da horta e da quantidade de famílias, os produtores também elegem o Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro para a coordenação da HC e elaboram e aprovam o estatuto da mesma, que define os direitos, deveres e funcionamento da unidade.

Assim, iniciam-se os trabalhos. A prefeitura disponibiliza adubo orgânico provindo do processo de compostagem realizado na composteira municipal, pó de basalto originado na pedreira do município, e mudas de hortaliças produzidas no viveiro da prefeitura. E os agricultores/as urbanos podem enfim cultivar.

Concomitantemente o CerAUP entra em cena, promovendo Assistência Técnica e Extensão Rurbana – ATER efetuando visitas técnicas periódicas, onde Engenheiros Agrônomos e estagiários, ministram cursos de capacitação sobre os temas demandados, auxiliando nas técnicas de trabalho relacionados à HC, para que os agricultores urbanos tenham sucesso em sua produção, embasada em princípios agroecológicos.

O amparo intenso da PMM e do CerAUP acontece nas HC durante o tempo necessário para formar agricultores/as urbanos que sejam capazes de disseminar os conhecimentos adquiridos à outros participantes da mesma horta, isto é, para tornar a horta autônoma e autossustentável. Esta estratégia possibilita que o foco de trabalho desses órgãos seja redirecionado para a construção e consolidação de novos empreendimentos, fazendo o programa crescer e abranger um maior número de pessoas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fruto dos dez anos de atuação do programa, Maringá mantém, atualmente, 38 HC, funcionando em uma área total de 10.9 hectares, de acordo com o último levantamento realizado pela equipe do CerAUP/UEM. Sendo que destas, 35 estão situadas ao entorno da cidade, e as outras 3 se localizam em dois de seus distritos, Iguatemi e Floriano.

Observando-se a Figura 1, constata-se que o número de inaugurações das hortas

seguiu com uma regularidade ao longo do tempo, com exceção dos anos de 2014, 2016 e 2017, onde constata-se pontos extremos de zero criações de estabelecimentos em 2014 e 2017 e um salto nesta contagem em 2016. O ano de 2018, até julho teve uma inauguração de HC, não podendo ainda ser caracterizado como normal ou anormal.

Ao todo o programa atinge e beneficia diretamente 1.025 famílias, que produzem ininterruptamente, com práticas sustentáveis, um total de mais de 900 toneladas de alimentos de qualidade nutricional elevada, frescos, livres de contaminantes e na quase totalidade das vezes com preços mais baixos do que os praticados em estabelecimentos comerciais.

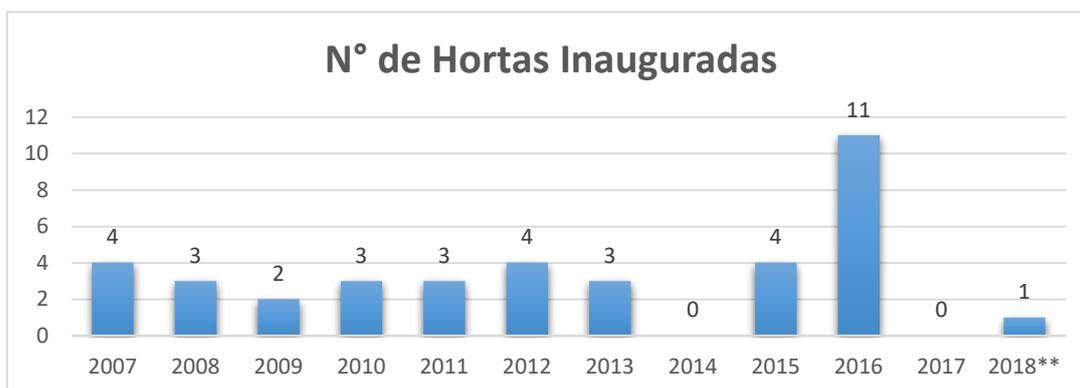


Figura 1: Número de Inaugurações de Hortas Comunitárias no decorrer do programa

****Dados de julho de 2018**

Apesar de que o objetivo principal seja a garantia de alimentos de qualidade para a população, que em geral está em situação de insegurança alimentar e nutricional, a melhoria da renda também é um ponto importante do programa, que designa que a colheita seja destinada à alimentação da família agricultora e que os excedentes sejam comercializados com os moradores da região, gerando, também, uma renda extra para estas famílias. Uma pesquisa realizada na Horta Comunitária Jardim Olímpico por Santos & Michellon (2016) constatou que 95% das famílias integrantes do programa naquela unidade possuíam renda mensal de até 1 salário mínimo, ficando evidente a importância da HC como forma de complementação de renda para essas pessoas.

As vantagens do programa atingem também toda a comunidade no entorno dos estabelecimentos, que se beneficia não só com a acessibilidade da alimentação saudável. Outro proveito é em relação a situações ligadas à segurança e prevenção de zoonoses, pois os terrenos beneficiados são normalmente localizados embaixo de linhas de transmissão de energia, fundos de vale ou datas ociosas, todos, que, muitas vezes seriam utilizados inadequadamente como depósitos de lixo e entulho, gerando ambientes propícios para a disseminação de pragas urbanas, como escorpiões, ratas, mosquitos (*Aedes aegypti*), dentre outros, se não fossem transformados em ambientes saudáveis e organizadamente ocupados, tornando-se, em detrimento desta situação, em locais de produção, segurança e lazer para toda a população ao entorno.

4. CONCLUSÕES

As transformações no modo de vida das populações e os problemas gerados pelas aglomerações urbanas tem significado uma grande preocupação para governos em todo o mundo, principalmente pela perspectiva da dificuldade de garantir segurança alimentar para os habitantes de grandes metrópoles. A Agricultura Urbana tem crescido como ferramenta eficaz de complementação para a produção de alimentos e geração de

renda para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O êxito das Hortas Comunitárias do município de Maringá serve como exemplo do êxito que pode significar a soma de políticas públicas efetivas, trabalho eficaz de ATER e a parceria com a sociedade civil organizada, com o propósito democrático em direção à garantia da alimentação adequada e à dignidade humana, para os usuários diretos e indiretos deste programa. As hortas representam muito mais que simples unidades produtivas de alimentos, isto é, são fortes mecanismos de desenvolvimento econômico/social de microrregiões dentro do município, favorecendo as relações interpessoais e comerciais locais, com a movimentação de recursos, e modificando espaços e vidas dentro das comunidades onde estão inseridas. Em suma, é a universidade agindo em prol da sociedade num ambiente que deve imperar a democracia nas relações humanas e nas parcerias.

5. REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Ênio; MICHELLON, Ednaldo. Hortaterapia comunitária. In: MICHELLON, Ednaldo. *Hortas Comunitárias de Maringá: um modelo de Agricultura Urbana*. Maringá: Clichetc, 2016.

MICHELLON, Ednaldo. *Hortas Comunitárias de Maringá: um modelo de Agricultura Urbana*. Maringá: Clichetc, 2016.

SANTOS, João Pedro Mariano dos; MICHELLON, Ednaldo. *Impactos socioculturais na vida das famílias integrantes da Horta Comunitária Jardim Olímpico – Maringá/PR*. In: *Anais*. I Fórum de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão – FORINT/UEM. Maringá, 2016.

Eficácia Anti-Helmíntica De Formulações Comerciais, Pertencentes A Diferentes Grupos Químicos Contra Nematódeos Gastrintestinais De Ovinos.

Área Temática: Tecnologia e Produção

Bruna A. Torres^{1,2}; Ana R. G. de Almeida³; Antonio C. Martinez⁴; Claudio A. M. Sakamoto⁴

¹ Graduando(a) do curso de Medicina Veterinária-UEM/Umuarama

² Bolsista PIBIS-UEM/Fundação Araucária

³ Médica Veterinária/Mestranda PPS

⁴ Docente do curso de Medicina Veterinária-UEM/Umuarama

Resumo: *O tratamento químico tem sido a medida mais eficaz no controle dos nematódeos gastrintestinais em ovinos. Assim, objetivou-se avaliar a atividade anti-helmíntica de diferentes grupos químicos, em ovinos naturalmente infectados. Foi avaliada uma propriedade para a realização do teste de eficácia e redução de ovos/g de fezes. Nesta houve resistência múltipla a todos os grupos farmacológicos testados. Devido à disseminação de populações de nematódeos resistentes aos anti-helmínticos, é imprescindível esta avaliação para desenvolver uma estratégia de controle eficiente das nematodioses na ovinocultura da região de Umuarama.*

Palavras-chave: ovinos, eficácia anti-helmíntica, nematódeos gastrointestinais.

1. Introdução

De acordo com Urquhart et al. (1998), as verminoses representam o maior e mais grave problema sanitário à ovinocultura, e podem impossibilitar economicamente a criação. Quando apresentadas sob a forma aguda, as verminoses levam a morte rápida dos animais; sob a forma crônica, os efeitos são notados gradativamente, são estes, menor desenvolvimento corporal; perda de peso; redução na produção e qualidade da lã; menor resistência imunitária e alto índice de mortalidade.

A administração de anti-helmínticos é a principal medida de controle das verminoses e para evitar prejuízos econômicos (MILLER & HOROHOV, 2006). Porém, uma das consequências do uso desses medicamentos é o surgimento de nematódeos resistentes, transtorno que se encontra difundido nas criações de ovinos (JACKSON & COOP, 2000), além disso, o desenvolvimento de novas drogas disponíveis no mercado é lento e caro.

Segundo Roos et al. (1990), resistência anti-helmíntica é a capacidade de uma população de parasitas de sobreviver a doses de anti-helmínticos que poderiam ser letais para populações susceptíveis, e ocorre em todas as classes de fármacos utilizados, entretanto a resistência é maior entre os benzimidazóis e pró-benzimidazóis, onde os genes para resistência estavam presentes antes que estes tivessem sido difundidos no mercado.

Em geral, os animais são mais susceptíveis às verminoses até a puberdade. A resistência aumenta na idade adulta, porém há determinadas épocas e condições fisiológicas em que o animal se torna mais vulnerável, como gestação (MILLER & HOROHOV, 2006).

Os fatores predisponentes são: fatores ligados ao hospedeiro, que são idade, imunidade, raça, estado fisiológico, estado nutricional, data de nascimento e desmame e superlotação. Esse último, ligado ao fator manejo também, assim como introdução de novos animais no rebanho. O fator parasito é importante o seu conhecimento e ligado a ele está: estresse, hipobiose, resistência anti-helmíntica e tolerância.

2. Objetivo

O presente estudo objetivou avaliar a atividade anti-helmíntica de diferentes grupos químicos, visando auxiliar o produtor na escolha do medicamento para o seu controle na criação de ovinos da região de Umuarama-PR.

3. Material e Métodos

Para avaliar os anti-helmínticos, foram realizados testes de eficácia e de redução de ovos de nematódeos por grama de fezes (TROPG).

Foram utilizados 50 animais, distribuídos em cinco grupos: Controle, Levamisol (Lev.), Albendazol (Alb), Moxidectina (Mox.) e Ivermectina. De cada grupo experimental, foram calculadas médias aritméticas e geométricas da contagem de OPG antes do tratamento, no 7º, 14º e 21º DPT (dia pós tratamento).

A partir das médias aritméticas, foram calculados os percentuais de redução de OPG e o de eficácia (WOOD et al., 1995).

$$\text{Eficácia (\%)} = \frac{\text{Média de OPG do GC no dia X} - \text{Média de OPG do GT no dia X}}{\text{Média de OPG do GC no dia X}} \times 100$$

Sendo que: GC = Grupo Controle; GT = Grupo Tratado; X = Data experimental após o tratamento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na propriedade avaliada, nenhum dos grupos avaliados obtiveram eficácia superior ao recomendado de 95%, sendo resistente aos medicamentos utilizados.

Isto ocorre normalmente devido à comum introdução de animais infectados com cepas de nematódeos resistentes aos anti-helmínticos (RAH), falhas no modo de aplicação como hiper ou subdoses, raças altamente susceptíveis e manejo incorreto para o controle das verminoses. Além destes fatores, foi observado principalmente o tratamento frequente, sendo os animais tratados a cada 20 a 30 dias.

Deve-se considerar que tanto as eficácias dos tratamentos, quanto os fatores epidemiológicos locais, terão influência na carga parasitária e na proporção de cada gênero na população de parasitas em um rebanho (MOLENTO 2009)

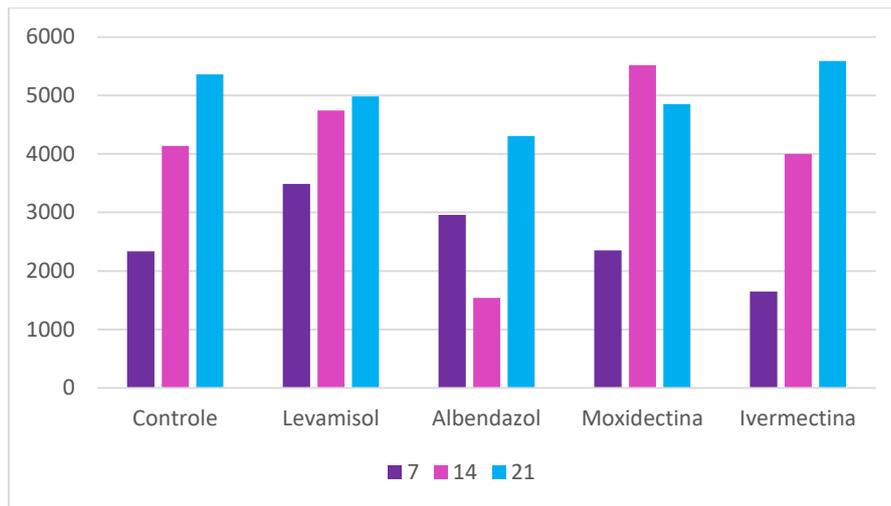


Figura 1. Representação gráfica das médias de OPG obtidas no 7º, 14º e 21º dia pós tratamento, dos 5 grupos avaliados. Laboratório de Parasitologia/UEM-Umuarama, PR.

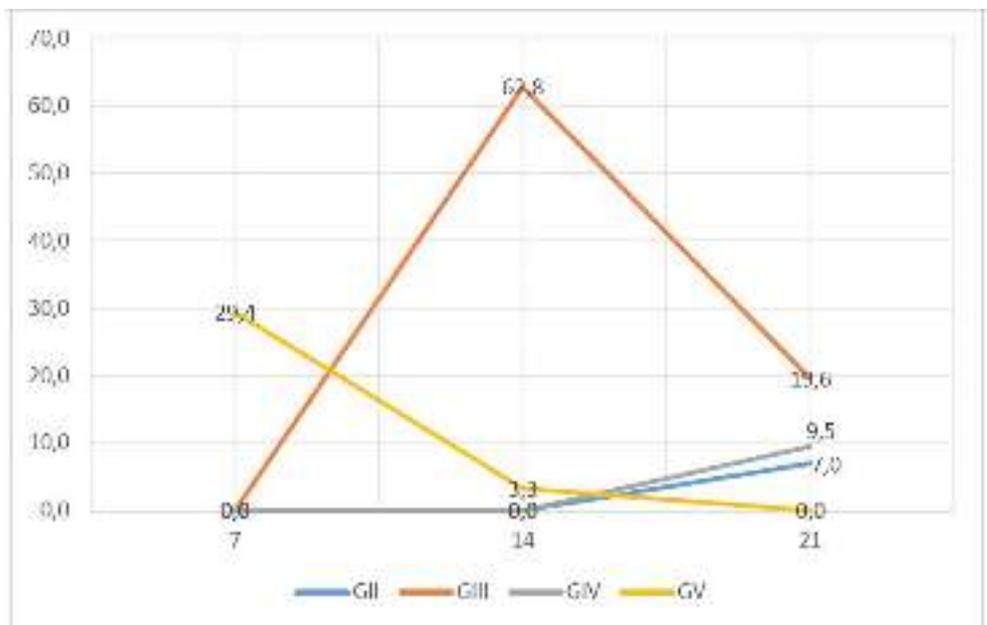


Figura 2. Eficácia (%) dos grupos tratados em relação ao grupo controle.

5. Conclusão

Dos resultados observados, pode-se inferir que houve grande ocorrência de resistência múltipla aos anti-helmínticos nas propriedades avaliadas. É imprescindível selecionar o AH eficaz por meio de técnicas de avaliações de eficácia para haver um controle satisfatório das HGI. Mais estudos são necessários, com princípios ativos de outros grupos farmacológicos, para buscar mais opções terapêuticas nas propriedades avaliadas.

6. Referencias

- MILLER, J.E.; HOROHOV, D.W. Immunological aspects of nematode parasite control in sheep. *Journal of Animal Science*, v.84, p.124-132, 2006.
- MOLENTO; M.B. Parasite control in the age of drug resistance and changing agricultural practices. *Vet. Parasitol.*, v. 163, p.229-234, 2009.

URQUHART, G.M. et al. Parasitologia veterinária. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1998. 292p.

WOOD, I.B. et al. World Association for the Advancement of Veterinary Parasitology (W.A.A.V.P.) second edition of guidelines for evaluating the efficacy of anthelmintics in ruminants (bovine, ovine, caprine). Vet. Parasitol., v. 58, p. 181-213, 1995.

ROOS, M. H.; BOERSEMA, J. H.; BORGSTEED, F.H.M.; CORNELISSEN, J.; TAYLOR, M. & RUITENBERG, E. J. Molecular analysis of selection for benzimidazole resistance in the sheep parasite *Haemonchus contortus*. Mol. Biochem. Parasitol., 43:77-88, 1990.

JACKSON, F.; COOP, R.L. The development of anthelmintic resistance in sheep nematodes. Parasitology, v.120, p.95-107, 2000.

Divulgação Científica a Partir de Sistema Eletrônico de Editoração

Área Temática: Tecnologia e Produção

Raíssa F. Juvêncio¹, Bruno G. S. R. da Silva², Olívia T. Oiko³, Gilberto C. Antonelli⁴

¹Aluna do curso de Eng. de Produção, bolsista de extensão, contato: ra103862@uem.br

²Aluno do curso de Eng. de Produção, contato: ra94669@uem.br

³Professora no Departamento de Eng. de Produção, contato: otoiko@uem.br

⁴Professor no Departamento de Eng. de Produção, contato: gcantonelli@uem.br

Resumo. *O Portal de Divulgação Científica e Tecnológica do Departamento de Engenharia de Produção da UEM surgiu de um projeto com objetivo inicial de criar uma revista eletrônica. Recentemente, ele passou a abrigar e disponibilizar os trabalhos publicados em todas oito edições do evento SIMEPRO e os Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados pelos alunos de graduação. Todas as frentes de divulgação utilizam o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e proporcionam acesso aberto aos trabalhos. Anteriormente, estes trabalhos estavam dispersos em diferentes sistemas e endereços na internet que ficavam sem um suporte em caso de indisponibilidade. Este trabalho relata o processo de migração dos trabalhos dos sistemas anteriores para o atual e de unificação das frentes de divulgação.*

Palavras-chave: engenharia de produção – divulgação científica – sistema eletrônico de editoração.

1. Introdução

De acordo com Gruszynski, Golin e Castedo, (2008, p. 7), “[...] estamos em um momento de intensas e rápidas mudanças no âmbito da produção editorial, em particular daquelas associadas à comunicação científica.” Moreira (2005) ainda acrescenta que:

A gratuidade de acesso a muitos artigos e a outros tipos de documentos influência na maneira como a comunicação científica se organiza, tendo em vista que documentos com acesso aberto são mais facilmente obtidos e, por consequência, mais citados.

Neste contexto, este trabalho relata a expansão da divulgação científica de trabalhos da área de Engenharia de Produção por meio do Portal de Divulgação Científica e Tecnológica do DEP <<http://www.dep.uem.br/gdct/index.php/index>>, mantido pelo GDCT - Grupo de Divulgação Científica e Tecnológica. Entende-se como produção intelectual toda a produção de documentos, não importando o tipo de suporte, a respeito de um tema de uma comunidade específica, que traga contribuição para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, a abertura de novos caminhos para a pesquisa (LOURENÇO, 1997). A publicação da revista utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), um programa de construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas.

O Portal está vinculado ao projeto “Manutenção do portal eletrônico de divulgação científica e tecnológica do departamento de engenharia de produção”, que teve início em 2010 com o objetivo de criação e manutenção de uma revista eletrônica para o Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Estadual de Maringá

(DEP-UEM). O periódico, denominado Revista Produção Industrial & Serviços (PI&S) teve 6 volumes publicados desde 2014. O processo de criação da revista já foi relatado por Antonelli et al. (2015).

Em paralelo a isso, o departamento já havia realizado 8 edições do evento SIMEPRO, um evento multitemático que tem por objetivo promover o intercâmbio entre profissionais e acadêmicos do curso de Engenharia de Produção, por meio de palestras, minicursos e apresentações de trabalhos científicos. A cada edição, o evento teve um site diferente, que disponibilizava a produção associada ao evento (resumos e artigos), o que dificultava a localização dos trabalhos e impedia uma busca unificada.

Além disso, o site do DEP vinha disponibilizando os arquivos eletrônicos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) apresentados no curso, na biblioteca de TCCs, uma página programada em formato PHP, que permite armazenamento e busca dos arquivos. Originalmente, os trabalhos finais eram entregues em CDs pelos alunos, na secretaria do departamento, e posteriormente, estes arquivos eram descarregados em um computador para então serem carregados no site. Contudo, nesse processo alguns trabalhos se perdiam por problemas diversos como erros de gravação, danificação da mídia, dentre outros.

A partir de 2015, foi decidido utilizar o mesmo sistema utilizado para a publicação da revista eletrônica para a disponibilização destes outros conteúdos produzidos pelo departamento: publicações do evento SIMEPRO e TCCs.

Neste contexto, este trabalho tem por objetivo relatar a expansão das frentes do referido projeto, e em particular, o processo de migração do Portal de TCCs do formato antigo para o novo formato.

2. Desenvolvimento

O sistema utilizado para a Revista - PI&S - é o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER/OJS) que vem sendo utilizado por várias instituições brasileiras e apresenta um crescimento significativo no número de revistas. O portal de periódicos da UEM <<http://www.periodicos.uem.br>> oferece gratuitamente este software para a criação de revistas eletrônicas.

O Open Journal Systems (OJS) é um programa livre que visa a “[...] otimização dos procedimentos editoriais de revistas eletrônicas” (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2006). O OJS foi desenvolvido pela British Columbia University e, no Brasil, foi traduzido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), dando origem ao SEER. Ele é um programa de construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas que objetiva organizar informação científica por meio do gerenciamento das atividades editoriais e a consequente divulgação em meio eletrônico (RUFINO, 2005). Sua principal característica é prestar assistência na edição dos periódicos científicos em todas as etapas do processo, permitindo que os editores organizem os sistemas de gerenciamento do periódico e do site, conforme suas políticas de publicação.

De 2015 a 2017, o sistema foi utilizado de forma semelhante para o recebimento e avaliação das versões finais dos TCCs. Neste período, as versões finais dos trabalhos foram postadas pelos alunos no sistema e deveriam ser aprovados pelos respectivos orientadores. Os trabalhos são apresentados a uma banca avaliadora que pode solicitar correções ou sugerir modificações ao autor. A versão final do trabalho deve ter

incorporado as contribuições da banca e deve ser avaliada pelo orientador, que verifica se essas alterações foram efetivamente implantadas.

Após a aprovação das versões finais dos trabalhos, o coordenador de TCC pode compilar os trabalhos via sistema e a equipe do projeto pode publicá-los no Portal.

Este é um processo um tanto longo, e que envolve diversos participantes (aluno, orientador, coordenador e equipe do projeto). Para a disponibilização dos 771 trabalhos anteriores, de 2005 a 2014, contudo, não seria viável esse processo. Foi estudada a possibilidade de envio em bloco via exportação em formato XML. Tal procedimento possibilita a separação de conteúdo por formatação, interligando bancos de dados às páginas da web. Contudo, devido à necessidade de criação do banco de dados com todos os dados dos trabalhos a serem exportados e a conversão desses em código com estrutura bastante rígida, este método se mostrou inviável.

Diante desta situação, optou-se por utilizar o método de envio unitário via “formulário de submissão rápida”. Este procedimento é feito manualmente por um usuário com permissão de “Editor” por meio de um formulário de uma página. São preenchidas de uma única vez todos os dados como nome do aluno, orientador, ano de conclusão, e mesmo a edição em que o trabalho deverá ser publicado (no caso, o ano de defesa do TCC), bem como o carregamento do arquivo a ser disponibilizado. De forma a uniformizar a postagem das informações principais, definiu-se a exibição dos títulos em letras maiúsculas e a separação das palavras-chave por ponto e vírgula (;).

Após o carregamento de todos os trabalhos de um determinado ano, estes passam por análise pelos editores-chefes, em uma página de “Sumário da Edição” para então a edição completa ser disponibilizada para acesso público. Atualmente, o portal conta com 534 arquivos liberados para visualização completa, referentes às edições de 2013 a 2017. Os demais trabalhos estão em fase de carregamento.

O mesmo procedimento foi adotado para o carregamento dos trabalhos publicados nas oito edições já realizadas do SIMEPRO. Atualmente, já é possível buscar e acessar todos os trabalhos completos já publicados no SIMEPRO a partir do mesmo endereço do Portal.

Para os próximos anos, avalia-se a possibilidade de continuar utilizando o formulário de Submissão Rápida para carregar as versões finais dos TCCs, visto que atualmente as entregas intermediárias são feitas por outro sistema. Outra possibilidade seria a transferência de todo o processo de entrega das avaliações parciais para o SEER. Esta alternativa está menos cotada, pois o sistema não atende a alguns requisitos didático-pedagógicos próprios do processo de elaboração e avaliação dos TCCs. Parece adequado continuar utilizando outro sistema para entrega, avaliação e atribuição de nota, até a entrega final do arquivo e transferir este último manualmente para o SEER apenas para disponibilização dos trabalhos para a comunidade.

Já para o SIMEPRO e para a Revista PI&S as funcionalidades de envio de trabalhos e avaliação pelos pares às cegas (blind review, em que o avaliador não conhece a autoria do trabalho, nem o autor é informado sobre quem avalia seu trabalho) são muito importantes e devem ser mantidas. Nestes casos, todo o processo de submissão, avaliação e publicação continuarão sendo feitos pelo Portal do GDCT.

3. Considerações finais.

A disponibilização de todos os artigos apresentados no SIMEPRO em um mesmo local facilita a busca, localização e acesso dos mesmos, permitindo maior visibilidade dos trabalhos, favorecendo os autores e fortalecendo o evento.

Também se espera que a unificação da divulgação de diversos tipos de produção (revista, evento e TCCs) do departamento no Portal do GDCT proporcione maior visibilidade aos trabalhos e ao departamento, já que os usuários e leitores de um dos tipos de trabalho podem ter contato mais fácil com as outras formas de produção.

Além disso, a manutenção de todos os meios de divulgação fica simplificada, já que não é necessário conhecer várias linguagens e nem prover suporte técnico para manutenção dos servidores e sistemas instalados, visto que este sistema é disponibilizado pela universidade.

Desta forma, a unificação da divulgação científica do deve trazer maior visibilidade para as publicações, além de facilidade de manutenção.

4. Referências

ANTONELLI, G. C. et al. Criação da revista eletrônica do Departamento de Engenharia de Produção: PI&S. Revista Tecnológica – Edição Especial 2014. p. 145-151, 2015

GRUSZYNSKI, A. C.; GOLIN, C.; CASTEDO, R. C. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, ECompós*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2008.

LOURENÇO, C. A. Automação de bibliotecas: análise da produção via Biblioinfo (1986-1994). In: WITTER, G. P. (Org.). Produção científica. Campinas: Átomo, 1997.

MOREIRA, W. Os Colégios virtuais e a nova configuração da comunicação científica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 57-63, jan./abr. 2005.

RUFINO, M. I. M. Manual do usuário para a implantação do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER/OJS. Brasília: IBICT, 2005. Disponível: <http://seer.ibict.br/images/stories/file/manuais/manual_configuracao_seer_1_1_2006_03_17.doc>.

Produção de Alimentos Seguros na Região Noroeste do Paraná

Área Temática: Tecnologia e Produção

Juliana Scanavacca¹, Juliana B. Ruiz², Lidaiane dos Santos Franciscato³

¹Prof.^a Depto de Tecnologia – DTC/UEM, contato:juscan0811@gmail.com

²Prof.^a Depto de Tecnologia – DTC/UEM, contato:julianabuenoruiz@gmail.com

³Aluna do Mestrado em Sustentabilidade-DTC/UEM,

contato:lidaianemariah@gmail.com

Resumo. *O Grupo de Extensão em Produção de Alimentos Seguros (GEPAS) objetiva a qualificação profissional por meio da oferta de cursos de Segurança Alimentar na Manipulação de Alimentos e nos regulamentos técnicos vigentes sobre Boas Práticas aplicados às agroindústrias, indústrias de alimentos, estabelecimentos de distribuição, comercialização de alimentos e serviços de alimentação. Tal projeto propicia aos alunos, atuarem junto a pequenas empresas e ambulantes informais. Observa-se que atualmente o conceito de segurança alimentar abrange diferentes aspectos que superam a acessibilidade e disponibilidade dos alimentos e que na percepção dos consumidores está cada vez mais relacionada à sua qualidade, a higiene, ao método de produção desses alimentos a fim de torná-los seguros para o consumo. Assim qualificar pessoal para o trabalho no setor é essencial.*

Palavras-chave: manipuladores de alimentos – segurança alimentar – boas práticas.

1. Introdução

Atualmente o conceito de segurança alimentar abrange diferentes aspectos que superam a acessibilidade e disponibilidade dos alimentos e que na percepção dos consumidores está cada vez mais relacionada à sua qualidade, a higiene, ao método de produção desses alimentos a fim de torná-los seguros para o consumo. Assim qualificar pessoal para o trabalho no setor é essencial (BONNAS et al., 2014).

A limitada oferta de trabalho, tem levado a população a buscar alternativas econômicas, entre as quais se encontra o comércio informal de venda de alimentos. A venda de alimentos em vias públicas tem sido visto como parte de um fenômeno crescente na vida diária das populações. Esta atividade satisfaz ao mesmo tempo, as necessidades de uma alimentação rápida e a baixos custos (CATAZONI, 1999).

Tais vendedores não contam com um sistema de abastecimento de água tratada, nem sanitários, além da dificuldade de sanitização de utensílios, equipamentos, instalações e das mãos dos manipuladores que não utilizam luvas e também manuseiam o dinheiro; alimentos expostos inadequadamente a temperaturas ambientes ao redor de 35° C no verão, além do calor gerado pela chapa do carrinho. O mais importante refere-se à dificuldade de manutenção de temperaturas seguras para o armazenamento a frio das matérias-primas, que já foram previamente manuseadas nas casas dos vendedores, onde não se conhecem as condições sanitárias e os recursos disponíveis (CATAZONI, 1999).

Em 1993, a Portaria n.º 1428 do Ministério da Saúde, editou “Diretrizes e Princípios para Inspeção Sanitária”, preconizando a adoção dos métodos de boas

práticas em todos os estabelecimentos de produção e comercialização de alimentos e afins, assegurando o controle de qualidade dos alimentos pela Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). O Grupo de Extensão em Produção de Alimentos Seguros (GEPAS) objetiva a qualificação profissional por meio da oferta de cursos de Segurança Alimentar na Manipulação de Alimentos e nos regulamentos técnicos vigentes sobre Boas Práticas aplicados às agroindústrias, indústrias de alimentos, estabelecimentos de distribuição, comercialização de alimentos e serviços de alimentação. Tal projeto propicia aos alunos, atuarem junto a pequenas empresas e ambulantes informais. Os alimentos podem ser causadores de doenças, dependendo da quantidade e dos tipos de micro-organismos neles presentes.

Sendo assim, é preciso orientar os manipuladores sobre os cuidados na aquisição, acondicionamento, manipulação, conservação e exposição à venda dos alimentos, bem como a estrutura física do local de manipulação para que a qualidade sanitária do alimento não esteja em risco pelos perigos químicos, físicos e biológicos. Desta forma, as Boas Práticas de Manipulação são regras que, quando praticadas, ajudam a evitar ou reduzir os perigos ou contaminação de alimentos (FORSYTHE, 2002).

Para a garantia da qualidade dos alimentos devem-se adotar as Boas Práticas para a manipulação dos alimentos (BPF) que são regulamentadas pela Lei Federal a RDC nº 216/2004 (BRASIL, 2004). Essas normas estabelecem exigências desde a higiene pessoal daqueles que preparam as refeições, passando pela limpeza do ambiente de trabalho e dos equipamentos, até cuidados com os próprios alimentos e controle de doenças transmitidas por eles (BRASIL, 2004).

A importância do treinamento é dar aos manipuladores conhecimentos teórico prático (Boas Práticas de Fabricação) necessário para capacitá-los e levá-los ao desenvolvimento de habilidades e atitudes de trabalho específico na área de alimentos (GÓES et al., 2001).

Neste contexto, o presente projeto justifica-se pelo fato de proporcionar a capacitação de manipuladores de alimentos, que não tem acesso a cursos de formação, melhorando a qualidade dos alimentos produzidos, assim como integrar os alunos dos cursos de tecnologia em alimentos e engenharia de alimentos participantes do projeto a empresas do setor.

2. Materiais e Métodos

Foram realizadas buscas de parcerias e patrocínios para o grupo, como vigilância sanitária municipal e alimentação escolar; a organização da participação do grupo em feiras e eventos. Ocorreu a organização de cursos (documento, material) assim como a elaboração de banco de dados sobre o perfil dos participantes.

Buscou ainda contribuir com a formação dos membros do grupo através da realização de palestras, cursos e treinamentos práticos, sendo realizados treinamentos para profissionais do setor alimentício, abrangendo: Microbiologia de alimentos e doenças relacionadas, Boas Práticas de Fabricação (elaboração do Manual de BPF); Procedimentos Operacionais Padronizados; Higiene e Legislação de Alimentos, Segurança alimentar.

O público alvo foram responsáveis técnicos, gerentes e manipuladores de alimentos de instituições públicas, privadas e filantrópicas; pessoas da comunidade que manifestam interesse em ingressar no setor de serviços de alimentação ou indústrias de

alimentos; consumidores, agentes finais da cadeia produtiva, visando sua conscientização.

3. Resultados

A segurança alimentar é preocupação de saúde pública. A Resolução- RDC ANVISA nº 216 de 15 de setembro de 2004 é um Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação tais como padarias, cantinas, lanchonetes, bufês, confeitarias, restaurantes, cozinhas industriais e cozinhas institucionais.

O Projeto de extensão de Segurança alimentar foi aplicado nas cidades de Maria Helena-PR e Tapira-PR, e atendeu a 60 manipuladores de alimentos, dos quais envolvia merendeiras, padeiros, açougueiros, ambulantes e agricultura familiar.

O treinamento de Boas Práticas de Fabricação foi realizado com quatro encontros mensais, no qual foram abordadas algumas definições sobre Boas Práticas de Fabricação (BPF), microrganismos causadores de Doenças Transmitidos por alimentos, fatores intrínsecos e extrínsecos que afetam o desenvolvimento microbiano nos alimentos, adequação de estabelecimentos às legislações específicas além de conscientizá-los sobre a apresentação adequada dos manipuladores, dos edifícios e instalações, equipamentos e utensílios, rotulagem dos alimentos, mostrando aos manipuladores a importância de entender itens dos rótulos e sua obrigatoriedade.

Por fim foi aplicado um teste de conhecimentos com questionamentos a respeito dos encontros dados para que os manipuladores pudessem demonstrar seus conhecimentos sobre o que foi transmitido e assim verificar se os encontros tiveram seus objetivos alcançados. O índice de acerto foi de 80% das questões analisadas, que foram conhecimentos gerais em microbiologia básica, higiene dos alimentos e Boas Práticas de Fabricação. Após análise das respostas tem-se que o projeto concluiu-se eficiente quanto a sua meta de orientar os manipuladores de alimentos, e deste modo alertando-os a importância de se produzir um alimento seguro.

4. Conclusão

O treinamento seguiu regulamentos técnicos vigentes sobre Boas práticas de Manipulação aplicados a serviços de alimentação (Panificadoras, Açougues, Comércio ambulante), feirantes da Agricultura Familiar e merendeiras da Alimentação Escolar dos Municípios envolvidos. O curso proporcionou o Treinamento de Manipuladores de alimentos de cada Município melhorando a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos produzidos.

5. Referências

BRASIL. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. *Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados e aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos*. D.O.U. de 06/11/2002.

BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. *Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004.

BONNAS, D. S.; SANTOS, E.A.; CASTEION, P.A. Núcleo de extensão universitária: núcleo de estudos para produção de alimentos seguros – NEPAS. *Relatos de Experiência dos Projetos de Extensão do IFTM 2013*, MG. Uberaba- 114p, 2014.

CATAZONI, M.P.L.M; MORELHÃO, G.G; IURCIC, K.M. Avaliação microbiológica de lanches vendidos em carrinhos de ambulantes na cidade de Araraquara, SP. *Higiene Alimentar*. São Paulo, v.13, n. 66/67, p. 116 -117, nov/dez, 1999.

FORSYTHE, S. J. *Microbiologia da Segurança Alimentar*. Porto Alegre: Artmed, 76p. 2002.

GÓES, J. A. W.; SANTOS, J. M.; VELOSO, I. S. Capacitação dos Manipuladores e Alimentos e a Qualidade da Alimentação Servida. *Higiene Alimentar*, v. 15, n. 82, p.20-22, mar. 2001.

Questionário como avaliação de aprendizado de uma tarde de campo sobre ovinos

Área Temática: Tecnologia e Produção

Antonio Campanha Martinez¹, Stella Maris Teobaldo Tironi², Karen Tiemi Akashi³, Luan Sitó da Silva⁴, Gabriela de Almeida⁴, Bruna Letícia Silva⁴

¹Prof. Depto de Medicina Veterinária– DMV/UEM, contato: acmartinez@uem.br

²Mestre em Medicina Veterinária, contato: smttironi@hotmail.com

³Aluna do Mestrado em Sustentabilidade, contato: tiemi.a@hotmail.com

⁴Discentes do curso de Medicina Veterinária

Resumo. *A ovinocultura e o consumo de carne ovina encontram-se em amplo crescimento no Brasil. Para suprir essa demanda, os ovinocultores precisam investir em tecnologias como o investimento em manejos sanitário e reprodutivo. Sendo assim, o objetivo da II Tarde de campo foi divulgar os conhecimentos sobre esses assuntos, e o objetivo do estudo foi avaliar se o questionário pode ser utilizado como forma de avaliação de entendimento dos participantes. Para isso, foram distribuídos 16 questionários antes e após as palestras ministradas e, em seguida, a porcentagem de acertos foi avaliada. Houve um grande aumento das respostas corretas no segundo questionário, o que confirma o aprendizado pelos participantes e que esta é uma técnica válida, rápida, prática e de baixo custo.*

Palavras-chave: ovinocultura –reprodução – sanidade

1. Introdução

Dentre as atividades agropecuárias consolidadas no Brasil, podemos destacar a ovinocultura. O rebanho de ovinos no Brasil em 2015 foi 4,5% maior com relação a 2014 (18,41 milhões de animais), e esse aumento vem sendo demonstrado desde 2012 (IBGE, 2015). A maior parte da criação encontra-se na região Nordeste, entretanto, esses animais encontram-se difundidos por todo o Brasil, devido à sua alta capacidade de adaptação edafoclimática (FROTA et al, 2017).

Esse aumento de produção vem como consequência ao aumento da demanda pela carne ovina entre os brasileiros e, para isso, é necessário intensificar a produção, como por exemplo, os avanços no melhoramento genético (MUNIZ et al, 2017).

A reprodução é um dos pilares na produção ovina, pois através dela é possível otimizar o ganho genético, utilizando animais que oferecem maior ganho de peso, rendimento de carcaça, boa conversão alimentar e menos exigentes em relação ao ambiente e manejo (ANDRADE, 2015).

Além da reprodução, o manejo sanitário é outro fator de importância para o sucesso na criação de ovinos. O ovinocultor deve investir em cuidados com o manejo sanitário, a fim de gerar um produto de qualidade e com eficiência (PILAR & PERES, 2002). Sendo assim, o objetivo da II Tarde de campo foi divulgar os conhecimentos sobre o manejo reprodutivo e sanitário de ovinos. E o objetivo do estudo foi avaliar se o questionário pode ser utilizado como forma de avaliação de entendimento dos participantes da tarde de campo.

2. Material e métodos

A segunda tarde de campo foi realizada dia 17 de Novembro de 2017, na propriedade Santa Luzia, localizada no distrito Serra dos Dourados, município de Umuarama – PR. A organização do evento faz parte do projeto “Produção Sustentável e Estruturação da Cadeia de Ovinos de Corte”, projeto este financiado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná.

Estiveram presentes ovinocultores da região, alunos de graduação, profissionais de ciências agrárias e interessados em ovinocultura.

Após a realização da inscrição, os participantes receberam um questionário, com seis perguntas (FIGURA 1), com assuntos que seriam discutidos durante a tarde de campo. Foram realizadas 27 inscrições, sendo 16 questionários distribuídos para os inscritos não participantes da organização do evento.

QUESTIONÁRIO – II Tarde de Campo 2017

*Marque APENAS uma opção

1- Qual a melhor época para acasalamento?

() Fevereiro, março e abril () Agosto, setembro e outubro
(x) Abril, maio e junho () Novembro, dezembro e janeiro

2- Quanto tempo deve durar a estação de monta?

() 1 mês () 6 meses
(x) 3 meses () 12 meses

3- Quando realizar o andrológico?

() 1 vez ao ano () Depois da estação de monta
() 2 vezes ao ano (x) Antes da estação de monta

4- Qual a principal causa de anemia em ovinos?

() Deficiência mineral (x) Verminoso
() Pós parto () Carrapato

5- A cada quanto tempo trocar o reprodutor?

() Menos de um ano (x) Até 2 anos
() Até 1 ano e meio () Até 3 anos

6- Qual a melhor frequência para vermifugar os ovinos?

() A cada 30 dias () A cada 90 dias
() A cada 60 dias (x) Não tem período definido

FIGURA 1: Questionário apresentado durante a II Tarde de campo

Os assuntos foram ministrados em duas estações distintas, com tempo aproximado de meia hora em cada uma, que foram apresentados pelas duas veterinárias recém-formadas, responsáveis pelo projeto de extensão.

Logo após as apresentações, esse mesmo questionário era entregue aos participantes. Com isso, foi possível saber o nível de esclarecimento sobre os assuntos abordados durante a tarde. Nesse questionário, o participante tinha a opção de marcar apenas uma resposta, conforme julgasse correto.

3. Resultados e discussão

Tabela 1. Resultados obtidos nos questionários pré e pós tarde de campo

Resposta	Opção	Pré (%)	Pós (%)
1- A	Errada	31	12
1- B	Correta	12	88
1- C	Errada	32	0
1- D	Errada	25	0
2- A	Errada	37	0
2- B	Correta	44	88
2- C	Errada	19	12
2- D	Errada	0	0
3- A	Errada	6	6
3- B	Errada	38	0
3- C	Errada	0	6
3- D	Correta	56	88
4- A	Errada	19	0
4- B	Errada	0	0
4- C	Correta	75	100
4- D	Errada	6	0
5- A	Errada	0	0
5- B	Errada	69	0
5- C	Correta	25	100
5- D	Errada	6	0
6- A	Errada	19	6
6- B	Errada	25	13
6- C	Errada	0	0
6- D	Correta	56	81

Com relação à questão 1, após a tarde de campo, a resposta correta teve um aumento considerável de assinalamentos, de 12 para 88%, o que nos leva a crer que a melhor época de acasalamento foi esclarecida.

Nas questões 2 e 3, sobre a duração da estação de monta e a época de realização do exame andrológico, obtivemos a mesma porcentagem de acerto após as explicações (88%). Isso indica também que essa questão foi esclarecida para grande parte dos participantes. Já sobre a principal causa de verminose e a frequência da troca do reprodutor (questões 4 e 5), obtivemos feedback positivo quanto ao tema ministrado, pois 100% dos participantes assinalaram a resposta correta no segundo questionário.

Na última questão, onde abordou-se a frequência em que se deve realizar o exame de OPG, coletamos um bom resultado também (81%). Entretanto, comparada às outras questões, essa foi a que resultou em menor acerto no questionário respondido pós

tarde de campo. Isso pode nos indicar uma resistência dos produtores quanto à frequência ideal, ou ainda, que o esclarecimento sobre esse assunto não foi o ideal.

Os bons resultados obtidos nas respostas dessa II Tarde de campo podem ser explicados pela experiência que foi adquirida na primeira tarde de campo, pois nessa já havia um preparo maior de como falar com os produtores nesse ambiente e explicar para eles os assuntos abordados.

Além disso, na data deste segundo evento, o projeto já estava ocorrendo há mais tempo, o que pode indicar que, durante as assistências mensais, ocorreram oportunidades de esclarecer mais dúvidas que os produtores pudessem ter.

4. Conclusão

O grande aumento das respostas corretas confirma que houve aprendizado pelos participantes da II Tarde de campo. Com relação a aplicação de questionários em tardes de campo, conclui-se que essa é uma técnica rápida, prática e de baixo custo, que possibilita a avaliação do esclarecimento do assunto abordado.

Além disso, pudemos identificar pontos de menor esclarecimento, onde precisamos melhorar as explicações, a fim de sanar as dúvidas dos produtores.

5. Referências

ANDRADE, S. **Ovinocultura no Brasil: cenário atual**. 2015. Goiânia, GO. Disponível em: <http://sistemafaeg.com.br/noticias/artigos/12600-ovinocultura-no-brasil-cenario-atual>. Acesso em 08 Abril 2017.

IBGE. **Produção da pecuária municipal**, 2015. Rio de Janeiro, v. 43, p.1-49, 2015.

FROTA, G., dos SANTOS, J. M. L., VASCONCELOS, J., TEIXEIRA, M., VIEIRA, L. D. S., & MONTEIRO, J. Alteração da frequência alélica de dois loci do gene codificante para o isotipo 1 da beta-tubulina de *Haemonchus contortus* frente a exposição a Ivermectina. In *Embrapa Caprinos e Ovinos-Resumo em anais de congresso (ALICE)*. In: **Encontro de iniciação científica da embrapa caprinos e ovinos, 6. Sobral. Sobral: Embrapa Caprinos e Ovinos**. p. 52-53, 2017.

MUNIZ, J. G. M., DA SILVA, B. P. A., DOS SANTOS, A. P. P., DE OLIVEIRA PRADO, K., SATELES, A. G. N., & DOS SANTOS, K. J. G. **Aspectos relacionados à reprodução em ovinos**. *Anais da Semana do Curso de Zootecnia-SEZUS*, 11(1), 2017.

PILAR, R. D. C., PÉREZ, J. R. O., SANTOS, C. L., & PEDREIRA, B. C. **Considerações sobre produção de cordeiros**. Boletim agropecuário. *Lavras: Universidade Federal de Lavras*, 2002.

ORIENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE RECEITAS UTILIZANDO ALIMENTOS FUNCIONAIS, PADRONIZAÇÃO DE RÓTULOS E EMBALAGENS EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES) NO NORTE-NOROESTE DO PARANÁ.

Área Temática: Tecnologia e Produção

Luciane Kawashima Hisano¹, Monica Regina da Silva Scapim², Mara Lucy Castilho³, Thaís Taniguti Hinobu⁴, Okelyton Ayres Pacheco⁵, Vitoria Clemente R. de Moraes⁶, Murilo Florentino Andriato⁷, Terezinha Scarabel⁸

¹ Mestranda em Agroecologia e Bolsista técnica CNPq/UEM, lucianehisano@hotmail.com

² Prof^a do Dep. de Engenharia de Alimentos/UEM, mrsscscapim@uem.br

³ Prof^a do Dep. de Economia/UEM, mlcastilho@uem.br

⁴ Graduanda em Administração, bolsista extensão/UEM, thaishinobu702@gmail.com

⁵ Mestrando em Eng. de Alimentos/UEM, okelyton@gmail.com

⁶ Graduanda em Eng. de Alimentos/UEM, vitoriamoraes2@hotmail.com

⁷ Graduando em Ciências Econômicas, bolsista CNPq/UEM, andriatomurilo@gmail.com

⁸ Bolsista técnica CNPq/UEM, scarabel91@gmail.com

Resumo: Os alimentos processados e comercializados embalados por agricultores familiares devem obedecer aos padrões da vigilância sanitária, assim como a legislação referente à rotulagem. Além disso, estes alimentos devem atender aos anseios dos consumidores que tem optado por produtos diferenciados como, por exemplo, sem glúten, baixo teor de sal, açúcar e gordura. Na agroindústria familiar a mulher é a principal mão-de-obra e muitas vezes não tem seu papel reconhecido. Neste cenário o Núcleo/Incubadora Unitrabalho tem desenvolvido atividades de extensão na forma de roda de conversa, cursos, trocas de saberes e apoio técnico, com equipe multidisciplinar que tem como objetivo assegurar o processamento de alimentos seguros, atender a legislação vigente e empoderar, principalmente as mulheres que são em maioria as responsáveis pela produção e comercialização destes alimentos.

Palavra-chave: alimentos especiais; comercialização; troca de saberes.

1. Introdução

Dentre os vários empreendimentos econômicos solidários (EES) atualmente incubados pelo Núcleo/Incubadora Unitrabalho – UEM/Sede, a presente proposta conta com oito do meio rural, sendo estes: Cooperivaí e AMAM (Quinta do Sol), ASMARIAS (Cruzeiro do Sul), Coprofap (Paiçandu), Cooperatvama (Nova Tebas), Assentamento Salete Strozak (Itaguagé), Assentamento Novo Horizonte e Assentamento Norte Sul (Santo Inácio) todos localizados no Estado do Paraná. Estes EES, compostos por 250 famílias de pequenos agricultores, que se dedicam à produção e comercialização de produtos *in natura* e alguns processados, principalmente panificados, laticínios, doces e polpa de frutas. O processamento de alimentos normalmente é conduzido por mulheres, que ocupam cerca de 46% dos sócios dos EES, que embora apresentem um grande

protagonismo, muitas vezes é minimizado pelo complexo que as mantém subjugadas pela presença masculina no meio rural.

De acordo com a legislação brasileira, os alimentos comercializados e embalados devem conter na embalagem a tabela de composição nutricional, dados que podem ser obtidos através de análises químicas para determinação dos nutrientes presentes, ou por cálculo teórico, envolvendo custos e conhecimento técnico para a execução. Além de atender a legislação, a produção de alimentos, independente da escala, tem que atender aos anseios dos consumidores por alimentos mais saudáveis, como sem glúten, lactose, e com teores de açúcar, sódio e gordura reduzidos, evidenciando também a proteção do alimento, minimizando a contaminação cruzada, com a limpeza adequada do ambiente. Assim, facilitará a inserção destes alimentos no mercado e em programas governamentais, por exemplo, o Programa Nacional/Estadual de Alimentação Escolar – PNAE/PEAE).

Alimentos funcionais são alimentos como: frutas, verduras, legumes, tubérculos e sementes que possuem na sua composição, além dos benefícios nutricionais conhecidos, elementos que melhoram os efeitos metabólicos e fisiológicos no organismo de pessoas que as consomem regularmente. Estes alimentos são considerados promotores de saúde, pois estão associados à diminuição de doenças crônicas degenerativas, melhorando a qualidade de vida (VIDAL, A. M. et al., 2012).

Para que esta ação extensionista se concretize, o Núcleo/Incubadora Unitrabalho conta com uma equipe multi e interdisciplinar, via interação horizontal entre equipe e empreendimentos. Esses espaços criam a troca de conhecimentos e saberes, importante para a formação dos envolvidos, unindo saberes populares ao saberes acadêmicos, aos moldes da educação popular, reforçando a relação entre ensino e pesquisa.

2. Metodologia

A etapa consistiu em analisar a rotulagem das embalagens dos alimentos comercializados pelos EES, considerando o que preconiza a legislação vigente do Brasil, como descrita na RDC 259 de 2002 e na RDC 360 de 2003. Nas visitas aos EES foram tabulados os dados referentes aos tipos de produtos comercializados e as respectivas formulações, para que fossem realizados os cálculos referentes à quantidades de calorias e nutrientes, e conseqüentemente a conferência da tabela nutricional de cada um. Ainda foram indicados quais alertas deveriam estar presentes na rotulagem destes produtos, com vista a atender a RDC 26 de 2015, sobre rotulagem de alergênicos. Duas receitas de pães e bolachas serão revistas e adequadas, para oferecer alimentos de melhor qualidade aos consumidores. Atualmente a procura por alimentos considerados funcionais é alta, não apenas por pessoas que praticam atividade física, mas por recomendações médicas, nutricionistas e consumidores que tem como objetivo a adequação para uma alimentação saudável. Neste intuito, ingredientes com alto teor de fibras e carboidratos saudáveis, serão formulados, testados em laboratório e o custo de produção será realizado. Cerca de 6 receitas diferentes serão repassadas aos produtores dos EES em forma de mini-cursos, orientando o modo de preparo e o cálculo do custo de produção de alimentos processados. A expectativa é que estes EES tenham mais opções de venda e oferta de alimentos com melhor qualidade para os consumidores.

3. Desenvolvimento e processos avaliativos

Inicialmente discutiu-se com os EES as principais necessidades e interesses de cada empreendimento que foram adaptados à proposta inicial do projeto, mas com objetivo

de atender a padronização, a rotulagem nutricional e a adequação do alerta de presença de alimentos alergênicos, de acordo com a legislação brasileira, garantindo a produção de alimentos de forma segura, aumentar o número de produtos comercializados atendendo os anseios dos consumidores por alimentos mais saudáveis.

4. Considerações Finais

Como resultados já obtidos pode-se salientar a adequação da rotulagem nutricional dos alimentos comercializados e embalados, haja vista que todas as tabelas tiveram que ser refeitas por que haviam discordância entre os dados, além disso não apresentavam o alerta de alergênicos em nenhum dos rótulos analisados. Cerca de 66 rótulos foram padronizados em relação às informações dos ingredientes dos produtos, origem da produção e layout, enfatizando a agricultura familiar e o cooperativismo. O próximo passo será o treinamento em boas práticas de fabricação, produção dos alimentos mais saudáveis e orientação no custo de produção, administração contábil da produção. Estas ações visam fortalecer o papel feminino dentro da cadeia produtiva e também o desenvolvimento territorial, provocando o empoderamento da mulher e sua participação mais ativa. Os autores agradecem o Auxílio Financeiro do CNPQ na forma de bolsas, gastos com custeio e capital.

5. Referências:

ANVISA. RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados. Disponível em: www.portal.anvisa.gov.br/documents. Acessado em 04 de junho de 2018.

ANVISA. RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003. Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos. Disponível em: www.portal.anvisa.gov.br/documents. Acessado em 04 de junho de 2018.

ANVISA. RDC nº 26, de 02 de julho de 2015. Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Alergênicos. Disponível em: www.portal.anvisa.gov.br/documents. Acessado em 04 de junho de 2018.

VIDAL, A.M., et al. A ingestão de alimentos funcionais e sua contribuição para a diminuição da incidência de doenças. Caderno de Graduação – Ciência Biológicas e da Saúde. Vol. 1, p. 43 – 52. Aracajú - SE. 2012.

ÁREA TÉMATICA: TRABALHO

Uso de Derivados de Tabaco por Trabalhadoras de Enfermagem em Unidade Hospitalar

Área Temática: Trabalho

¹ Magda Lúcia Félix de Oliveira, ² Beatriz Ferreira Martins, ³ Bruna Diana Alves, ⁴ Aroldo Gavioli, ⁵ Sônia Regina Marangoni, ⁶ Bruna Portes Maciel, ⁷ Eduardo Mitsuakki Panice Kakuda, ⁸ Aline Vieira Menezes

¹ Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva. PSE/UEM. E-mail: mlfoliveira@uem.br

² Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Doutoranda, Programa de Pós- Graduação em Enfermagem (PSE/UEM). E-mail: biaferreira.martins@gmail.com

³ Enfermeira. Mestre em Enfermagem, PSE/UEM. E-mail: brunadiana_cesumar@hotmail.com

⁴ Enfermeiro. Mestre em Enfermagem. Doutorando, PSE/UEM. E-mail: gavioli.aroldo@gmail.com

⁵ Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Doutoranda, PSE/UEM. E-mail: sonia.marangoni@yahoo.com.br

⁶ Psicóloga, Departamento de Psicologia da UEM. E-mail: brunapmaciel@gmail.com

⁷ Graduando em Psicologia da UEM. E-mail: eduardopanice@gmail.com

⁸ Graduanda em Enfermagem da UEM. E-mail: alinemenezes96@hotmail.com

Resumo: *O presente estudo tem como objetivo apreender as circunstâncias do início do uso de tabaco em mulheres trabalhadoras de enfermagem de uma unidade hospitalar, a continuidade e as dificuldades a cessação tabágica. Para tanto foi realizado um estudo sequencial e de abordagem qualitativa, realizado como recorte de estudo de corte transversal, no qual foi possível identificar 11 usuárias exclusivas de tabaco, que foram selecionadas para entrevista. Foi utilizado um roteiro de entrevista com três questões disparadoras. Os depoimentos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo na modalidade temática e apresentados em duas categorias - A experiência de estar fumante, e A relação com o trabalho e busca pela cessação tabágica; e os dados sócio demográficos foram transcritos no Software Microsoft Excel® 2010, e submetidos à análise descritiva. As dificuldades encontradas em manter a abstinência evidenciam as necessidades em saúde desta população.*

Palavras-chave: Enfermagem- Mulheres- Tabaco.

1. Introdução

Este *paper* foi realizado no âmbito do projeto Atendimento às intoxicações profissionais no CCI/HUM: organização do Ambulatório de Saúde do Trabalhador. O presente projeto se inscreve na área de estudos sobre o consumo dos derivados do tabaco, mulher e a relação com o mundo do trabalho. O objeto desta investigação Relação tabaco, outras drogas de abuso, mulher e o mundo do trabalho, com análise dos contextos de início do consumo dessas drogas de abuso em mulheres trabalhadoras de serviços de saúde, especificamente trabalhadoras de enfermagem (SOARES, 2009).

O tabagismo é um dos principais problemas à saúde pública na contemporaneidade e a sua dependência encontra-se entre os vinte maiores fatores de risco para problemas de saúde, estando entre a mais importante causa evitável de morbidade e mortalidade

prematura. O consumo de tabaco no cenário mundial tem reduzido. Apesar da retração do consumo o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco mundial em 2011 produziu 867.210 toneladas. No Brasil, ocorreu importante diminuição da prevalência do tabagismo, porém em mulheres acontece de forma mais lenta que entre os homens, a queda da taxa de mortalidade nos últimos 25 anos também foi menor entre mulheres (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2011).

Como uma das principais evidências para a investigação sobre o tabaco, aponta – se um estudo realizado em escolas de enfermagem de 39 países, onde houve proporção alarmante de estudantes de enfermagem que fumava cigarros e outros produtos derivados do tabaco. Embora a maioria desses estudantes acreditasse que os profissionais de saúde devem receber treinamento para ajudar os pacientes para a prevenção e cessação do tabaco, apenas uma pequena proporção deles afirmou ter recebido essa formação (WARREN et al., 2009).

Considerando que a equipe de enfermagem é responsável por ações educativas em saúde para prevenção e mediação para cessação do uso de tabaco, trabalhadoras de enfermagem são importantes no enfrentamento antitabágico, pelo significado social do profissional de saúde como modelo de comportamento saudável, acrescido do significado particular do cuidado feminino, e o uso de derivados de tabaco pode influenciar negativamente essas ações. Desta forma os profissionais da enfermagem devem estar atentos sobre os índices e apontar a necessidade de políticas públicas locais que envolvam os usuários de drogas de abuso e a comunidade (MONTEIRO et al, 2011).

2. Objetivo

Apreender as circunstâncias do início do uso de tabaco em mulheres trabalhadoras de enfermagem de uma unidade hospitalar, a continuidade e as dificuldades a cessação tabágica.

3. Material e Métodos

Estudo sequencial e de abordagem qualitativa, realizado como recorte de estudo de corte transversal. Anteriormente ao presente estudo, foi realizada pesquisa na modalidade de censo, com o objetivo de descrever o padrão de consumo de drogas de abuso entre as mulheres enfermeiras e técnicas de enfermagem trabalhadoras hospitalares nos três turnos de trabalho – matutino, vespertino e noturno, incluídas por estarem em atividade na unidade hospitalar na data estipulada para a coleta, e excluídas as trabalhadoras não atuantes na instituição em estudo na data - férias, licença saúde, licença maternidade.

Do universo de 145 profissionais, aceitaram participar e responderam o questionário autoaplicável inicial, com questões para caracterização sócio demográfica e informações sobre o uso de drogas de abuso, 112 trabalhadoras – 77,2% do total das elegíveis. Cinquenta e quatro delas informaram o uso de tabaco ou outras drogas de abuso nos últimos três meses. Foram, então, separados os questionários de 11 trabalhadoras (0,9%) do total das investigadas que auto referiram usuárias exclusivas de derivados de tabaco e foram entrevistadas.

Para o estudo sequencial, foi utilizado um roteiro de entrevista com três questões disparadoras, para promover a discussão sobre os contextos da iniciação e manutenção do uso - Como foi a primeira vez que fumou? Você acredita que o trabalho permite que você continue fumando? Atualmente, você sente vontade de cessar o uso do tabaco? Os depoimentos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo na modalidade temática

e apresentados em duas categorias - A experiência de estar fumante, e A relação com o trabalho e busca pela cessação tabágica. Os dados sócio demográficos foram transcritos no *Software Microsoft Excel® 2010*, e submetidos à análise descritiva.

O estudo respeitou as exigências formais das normas nacionais e internacionais regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (parecer 1.963.546/2017). Para assegurar o anonimato, as entrevistadas foram identificadas de acordo com o número do caso e a idade de iniciação do uso do tabaco.

4. Resultados e discussão

As 11 trabalhadoras de enfermagem informaram faixa etária entre 28 e 58 anos, com média de 42,2 anos, raça/cor branca, seis com religião católica, duas evangélicas e três não informaram a denominação religiosa, a maior parte informou alta escolaridade – três com ensino técnico. Foram relatados problemas associados ao uso de tabaco, pelo uso crônico, como doença pulmonar obstrutiva crônica e bronquite. Todas informaram utilizar o cigarro industrializado há mais de dez anos; oito trabalhadoras faziam uso de 20 cigarros/dia.

O início do uso do tabaco variou entre oito a 22 anos de idade (das participantes que descreveram a idade de início do uso), sendo a idade média da iniciação de 17 anos, os motivos apontados pela maioria foi influência de amigos e familiares, imaturidade/juventude, modismo e curiosidade; e os sentimentos expostos foram felicidade e mal estar.

A *experiência do estar fumante* aconteceu com grupo de amigos, mas principalmente com familiares – pai, mãe, tio e primos. O comportamento aditivo na família ou ter algum familiar que utilizava tabaco com fumaça dentro da residência, contribuiu para a iniciação, em um processo intergeracional. Náusea, vomito e tontura acompanharam a iniciação, porem os efeitos desagradáveis não diminuíram a vontade de continuidade.

O estresse gerado no ambiente de trabalho pode influenciar o hábito de fumar, o que foi encontrado no exercício profissional das mulheres entrevistadas no presente estudo. Sobre a *relação com o trabalho e a busca pela cessação tabágica*, seis informaram a prontidão para utilizar o cigarro imediatamente após a jornada de trabalho, pelo estresse inerente ao viver profissional, as longas jornadas de trabalho e as relações interprofissionais comprometidas. A busca pela cessação foi informada por sete trabalhadoras de enfermagem, para vencer problemas de saúde e a discriminação profissional.

5. Considerações finais

O uso de tabaco no grupo específico de enfermeiros e técnicos de enfermagem corroboram dados de literatura para a população brasileira, e os relatos do comportamento aditivo familiar, do estresse no trabalho, do medo de doenças e da discriminação profissional estavam presentes na apreensão do fenômeno iniciação e cessação tabágica. O estudo permite mostrar a necessidade de implantação de um programa que possa contribuir com a cessação do tabagismo das trabalhadoras usuárias de tabaco.

6. Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO 2011. Editor: Romar Rudolfo Beling. Editora assistente: Angela Zamberlan Vencato. Impressão: Coan Gráfica e Editora, Tubarão (SC). ISSN 1808-7485.2011.

MONTEIRO C.F.S. et al. Perfil sociodemográfico e adesão ao tratamento de dependentes de álcool em CAPS-AD do Piauí. Esc. Anna Nery, v. 15, n. 1, p. 90-95, jan – mar, 2011.

SOARES CB. Agências de socialização e valores sociais: a família, a escola, os pares e o trabalho. In: Borges ALV, Fujimori E (Org.). Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. Barueri-SP: Manole, p.61-81, 2009.

WARREN et al. Tobacco Use, Exposure to Secondhand Smoke, and Training on Cessation Counseling Among Nursing Students: Cross-Country Data from the Global Health Professions Student Survey (GHPSS), 2005–2009. Int. J. Environ. Res. Public Health, 2009

REDE DE DINAMIZAÇÃO DAS FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR – REDIFEIRA: O CASO DA REUNIÃO DE DINAMIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR DE MARIALVA-PR

Área Temática: Trabalho

Ednaldo Michellon¹, Amanda F. Correia², Anne C. Bernardino³, Tiago Ribeiro da Costa⁴

¹Prof. Dr. do Depto. de Agronomia – DAG/UEM e PCE/UEM, contato: emichellon@uem.br

²Eng. Agrônoma, bolsista do Projeto Paraná Mais Orgânico, contato: amandafcorr@gmail.com

³Aluna do curso de Zootecnia, bolsista PIBEX do Projeto REDifeira, contato: annecaroline.bernardino@gmail.com

⁴Prof. do Depto. De Agronomia – DAG/UEM, contato: tiago.rcosta@outlook.com

Resumo: *O presente trabalho foi desenvolvido com base nas atividades desenvolvidas pelo Projeto REDifeira – Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar, integrante do Programa de Extensão Universitária, Universidade Sem Fronteiras, do Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Este tratará, particularmente, da atuação no município de Marialva – PR. Tem como objetivo expor a metodologia adotada, as experiências vivenciadas durante a realização da primeira reunião de dinamização no município e a importância da consolidação das ações realizadas pelo projeto, que possibilitam a dinamização da relação produtor-consumidor, promovendo uma evolução no desenvolvimento social e humano.*

Palavras-chave: Agricultura Familiar – Comercialização – Feira do Produtor

1. Introdução

As feiras do Produtor são um importante canal de comercialização interna dos produtos da agricultura familiar, um dos motivos destas se tornarem foco deste projeto. Estas se tornam um ponto mais atrativo em relação aos supermercados e frutarias, em função da melhor qualidade do produto, por este ser mais fresco, devido à dinâmica peculiar de negociação do preço e o atendimento personalizado. Possivelmente, estejam aí as chaves que permitem explicar a persistência das feiras em relação às modernas formas de comercialização em varejo. As feiras atendidas através do projeto funcionam durante a semana e também aos domingos, oferecendo hortigranjeiros, doces, carnes e derivados, artesanato, especiarias, produtos coloniais e uma infinidade de outros produtos que revelam a riqueza cultural regional. Além disso, embora não seja totalidade, grande parte dos feirantes são produtores, ou seja, que produzem parte ou a totalidade da mercadoria que comercializam, sendo geralmente produtores familiares de frutas, verduras e legumes.

A Agricultura Familiar é, então, uma importante característica das feiras atendidas pela Rede de Dinamização, pois exerce relevante função social, através da geração de renda em nível local. Essa por sua vez, ocorre de maneiras distintas: a primeira delas relaciona-se com a criação de novos empregos para um contingente de mão de obra

ociosa que, após o trabalho e a remuneração, passará a investir no mercado local; a segunda delas refere-se diretamente com a comercialização dos produtos agropecuários, que pode ser realizada de maneira mais direta.

A Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar – REDIfeira, é um projeto integrante do Programa Universidade Sem Fronteiras, do Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que objetiva, dinamizar a produção e a comercialização dos produtos produzidos da Agricultura Familiar nos municípios do Programa de Desenvolvimento da Região da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – PRÓ-AMUSEP. Essa atividade é realizada através do acompanhamento destes Agricultores/as Familiares, no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural Humanizadora, em sua principal atividade de comercialização: as Feiras de Produtores. Por meio de pesquisas de campo realizadas tanto com os feirantes como com os consumidores, na forma de questionários, busca-se traçar um perfil da atividade, dando ênfase à detecção de prováveis entraves no processo de comercialização e às perspectivas de sua organização, observadas pelos próprios atores sobre o futuro desta atividade.

2. Objetivo

O Projeto REDIfeira – Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar tem por objetivo proporcionar desenvolvimento regional, através da dinamização do principal canal de comercialização dos Agricultores/as familiares, realizar em conjunto com a EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, um mapeamento e definição das áreas prioritárias de atendimento. Selecionar e analisar dados obtidos e diagnosticar através de reuniões de dinamização os principais entraves desta atividade, elaborar e executar o planejamento desenvolvido juntamente com os feirantes direcionando-os para um melhor uso de oportunidades do mercado que resulte em aumento de renda e geração de empregos à Agricultura Familiar.

As pesquisas e as análises feitas junto aos feirantes e consumidores servirão de base para avaliar quais são os possíveis entraves à sua dinamização e quais são os potenciais para aumentar a renda e a qualidade de vida com impactos positivos no desenvolvimento deste território. Assim, pretende-se, com este projeto, dinamizar a produção e a comercialização das feiras da Agricultura Familiar.

3. Materiais e Métodos

A metodologia adotada pelo projeto REDIfeira é baseada, principalmente, no projeto piloto desenvolvido em 2006 e início de 2007, no noroeste do estado do Paraná, na Feira do Produtor do Município de Paiçandu – PR.

Ela consiste de levantamento das feiras existentes na região do PRÓ-AMUSEP, bem como a investigação de como estão as atividades dos agricultores/as participantes destas Feiras dos Produtores/as com relação a seus problemas, necessidades, interesses e potencialidades. Inicialmente, tal acompanhamento ocorre através da interação da equipe de trabalho com estes agricultores e agricultoras, sendo utilizada a metodologia individual para trabalhar e interagir com o público, através de contatos, visitas e entrevistas, bem como a grupal, através do escritório local da Emater, que já possui melhor acesso a este público. Estes métodos de trabalho visam atingir o público alvo em uma escala de tempo pequena e definida, não sendo métodos tão abrangentes quanto o massal, tendo por finalidade despertar o interesse nas pessoas, também podendo ser utilizado na fase de experimentação e avaliação dos resultados (BIASI, 1991).

Sendo assim, a atuação do Projeto REDIfeira é composto por três fases distintas: Fase Preliminar, Fase Diagnóstica e Fase de Avaliações. Este trabalho irá tratar especificamente da fase de avaliação da Feira do Produtor de Marialva – PR, particularmente da Reunião de dinamização realizada em 31 de outubro de 2017, às 19 horas na Casa da Uva, no município de Marialva - PR.

A reunião de dinamização do município de Marialva – PR, contou com um público de 43 presentes, sendo eles 29 feirantes e os demais vereadores, secretários, prefeito do município, representante do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), membros da equipe REDIfeira, entre outros envolvidos.

O evento teve início com o credenciamento e identificação de cada participante, seguido da abertura dirigida pelo coordenador do projeto, Ednaldo Michellon, e autoridades presentes.

No decorrer da programação, foram desenvolvidas dinâmicas de grupo com adaptação da metodologia Philips 66, que possibilitaram a melhor interação entre os feirantes, autoridades e membros da equipe REDIfeira. Essas atividades tinham como intuito levantar possíveis medidas a cerca dos entraves encontrados, por meio dos questionários aplicados durante a fase de levantamento e tabulação dos dados.

Foram utilizados como recursos auxiliares neste evento microfones, caixas de som, data show, multimídia, computadores, folders, cartazes, faixas, crachás, entre outros.

Após a apresentação do diagnóstico e das dinâmicas de grupo, foi aplicada a metodologia 5W2H (do inglês: o que (what), por que (why), onde (where), quando (when) e quem (who).) para as ações definidas em conjunto como solução dos entraves encontrados. Definindo-se assim, o indivíduo/os a realizar a ação, o prazo estabelecido para cumprimento, o por que deve ser realizada e qual melhor forma de realiza-la.

Como encerramento, após definição e discussão das ações a serem devolvidas para melhoria da feira do Produtor de Marialva, o SEBRAE em parceria com o projeto REDIfeira disponibilizou a execução de dois diferentes cursos aos feirantes de forma gratuita, sendo um dele a respeito de elaboração de preços, e outro atendimento ao cliente e formas de vendas. Por fim, os presentes participaram de uma confraternização onde puderam trocar experiências e fortalecer o elo de cooperação.

4. Resultados e Discussão

Por meio da aplicação da metodologia, já descrita, na Feira do Produtor do município de Marialva, foi possível comprovar a eficiência da mesma. Nas reuniões de dinamização, estabelecem-se metas com relação ao processo produtivo e à organização destes feirantes no âmbito do Associativismo, sendo que estas deverão ser cumpridas, com o auxílio da equipe de trabalho, tanto nos aspectos discutidos quanto na metodologia de trabalho aplicadas.

Pontualmente, espera-se do público aproveitamento máximo do conteúdo apresentado, e consciência de que o trabalho em conjunto e o espírito em equipe podem facilitar o desenvolvimento de qualquer processo, inclusive no âmbito estrutural e organizacional das Feiras dos Produtores, bem como no desenvolver de atividades em suas propriedades. Atribuições como liderança, autonomia na gestão financeira, solidariedade mútua, dentre outras, podem ser o incentivo necessário para o crescimento social dos envolvidos.

5. Conclusão

Ainda que a Agricultura Familiar sofra um processo de marginalização pelo atual modelo globalizado de produção de alimentos, ela mantém grande representatividade no que compete a seu volume de produção, geração de empregos e renda no campo. E, sob este foco, o fortalecimento da Agricultura Familiar, e particularmente das feiras de produtores, considerando sua importância social e econômica, é uma das alternativas para promover o desenvolvimento sustentável destas populações.

Desta forma, a realização da primeira Reunião de Dinamização da Feira do Produtor do município de Marialva foi muito expressiva na melhoria organizacional da feira, delineamento do perfil dos clientes, no fortalecimento entre os feirantes e consumidores e na consolidação do processo produtivo, deste a produção à comercialização.

Isso posto, afirma-se a importância das feiras livres como forma de comércio, que trazem consigo uma bagagem cultural e a propaga pelos corredores das feiras. Essa propagação cultural somado à troca de experiências dos atores sociais (rurais e urbanos) confere à feira uma realidade rural/urbano que consegue resistir à modernidade dos grandes mercados.

6. Referências

MICHELLON, E; DA COSTA, T. R; RITTER, S. P; ARAGÃO; R. M; TANOUE, H. T. Feira do produtor e os entraves à sua organização e à comercialização: o caso de Paiçandu. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina. Anais eletrônicos... UEL, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/766.pdf>>. Acesso em 11 de jun. de 2018.

MICHELLON, E; DA COSTA, T. R; STRÖHER, G. J; PEREIRA, P. E. S; CAMACHO, L. R. DE S. Rede de dinamização das feiras da agricultura familiar – REDIfeira: Inclusão social e desenvolvimento regional sustentável. 2008.

Identidade Cultural e Regional refletida na Alimentação e no Artesanato: a Experiência da Feira de Economia Solidária

Área Temática: Trabalho

Thaís Taniguti Hinobu¹, Mara Lucy Castilho²

¹ Aluna do curso de Administração – bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: thaishinobu702@gmail.com

² Prof^a Depto de Economia – DCO/UEM, contato: mlcastilho@uem.br

Resumo. *O patrimônio imaterial de uma cidade ou região é representado por suas manifestações culturais e artísticas. Neste sentido, o artesanato e a alimentação são manifestações dos atrativos culturais urbanos e rurais. Com o intuito de fomentar tais manifestações, o projeto de extensão “Quitutes e Belezuras” buscou a realização da Feira de Economia Solidária no espaço universitário. Contou com duas edições em que se pode observar a utilização do espaço público para difusão da cultura e questionamentos, através de rodas de conversas, oficinas de criação, mostras diversas e também a comercialização de produtos advindos de empreendimentos econômicos solidários, reforçando a alimentação saudável e a geração de renda.*

Palavras-chave: Unitrabalho – Solidariedade – Renda

1. Introdução

As Feiras de Economia Solidária proporcionam um meio de trocas de experiências, conhecimentos, produtos, culturas, e muito mais entre as pessoas do meio urbano e rural. É uma forma de dar oportunidade aos pequenos empreendedores, como por exemplo, agricultores familiares e artesãos, que não possuem um local físico para realizar a comercialização desses produtos. Além desses produtos de fabricação própria, são possíveis as trocas de livros, roupas e conhecimentos por meio das rodas de conversas e oficinas, gerando interação e contato entre os membros da comunidade.

Abordar o patrimônio imaterial da cidade de Maringá e região de influência, sob os aspectos da alimentação e artesanato, buscando assegurar o conhecimento e preservação destas formas de expressão cultural é o maior objetivo da proposta do projeto de extensão “Quitutes e Belezuras”. Para tanto conta com o Núcleo/Incubadora Unitrabalho/UEM que aproxima professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de variadas áreas do conhecimento para desenvolver pesquisas teóricas e empíricas sobre a Economia Solidária e atividades de extensão, com objetivo de atender trabalhadores que tencionem organizar seus negócios próprios, sejam cooperativas ou associações, urbanas ou rurais, iniciando os empreendimentos econômicos solidários (EES), além de reforçar e privilegiar a formação cultural.

Nessa perspectiva, as feiras oferecem espaço e oportunidade para esses produtores, como forma de inserir esses trabalhadores informais ou desempregados no mercado de trabalho. O que valida a proposta de realizar e efetivar essas Feiras de Economia Solidária no meio Universitário, pois desta forma, é possível oferecer oportunidade de crescer o negócio desses pequenos empreendedores e ainda compartilhar saberes, tradições e objetos da nossa cultura.

2. O processo de incubação e a seleção de EES para participar da Feira

O processo de incubação é caracterizado por construção e reconstrução do conhecimento através do processo educativo vivenciado no dia a dia dos EES, trazendo à realidade a sustentação técnica, social e cultural aos trabalhadores e seus empreendimentos.

Para tanto, algumas atribuições são necessárias: 1- valorizar o saber acumulado das pessoas e do grupo de forma a promover a inclusão social, cultural e econômica; 2- acrescentar conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa na expressão de características culturais, refletidas nos artesanatos e nos alimentos; 3- orientar a vertente cultural para o mercado e para a inserção em cadeias e/ou planos e arranjos produtivos locais vinculados aos usos e costumes dos povos; 4- unir “saber popular” e “saber científico”, em tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão, como autêntica manifestação cultural promotora da necessária aproximação entre o conhecimento prático e a sistemática científica (CULTI, 2011).

Vale destacar que a Economia Solidária oportuniza o enfrentamento de períodos de crise para a classe trabalhadora. Esta realidade se descortina em períodos críticos de crescimento econômico, em que as rendas do trabalho são cada vez menores. As associações e cooperativas de iniciativas populares conseguem enfrentar essas situações, mantendo a ocupação e renda, muitas vezes de subsistência, mas necessária e suficiente até o encerramento do ciclo desfavorável e a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico (RECH, 2000; SINGER, 1998).

Fez-se necessária uma metodologia a fim de selecionar os EES para participarem da Feira, dentre os diversos incubados pela Unitrabalho/UEM. Para tanto, o primeiro passo foi cadastrar os EES que tinham interesse em expor/participar da Feira. Na sequência fez-se a comprovação dos princípios da Economia Solidária em tais empreendimentos e a delimitação do número de participantes de acordo com o espaço disponível. Por fim, foi feito o acompanhamento dos EES durante a Feira, reforçando a necessidade de cooperativismo/associativismo como forma de potencializar as manifestações dos atrativos culturais (alimentação e artesanato).

3. A realização da Feira de Economia Solidária

A Mostra Quitutes e Belezuras contou com duas edições: a primeira no ano de 2017, ocorrendo paralelamente ao IV Colóquio “Mercado Institucional de Alimentos e Economia Solidária”, no período de 13 a 14 de dezembro; a segunda ocorreu no ano de 2018, juntamente com a “Semana da Interação – Calourada”, de 12 a 16 de março.

Em ambas as edições ofereceram e estimularam o acesso à cultura de forma gratuita. Exemplos são as apresentações do grupo “Baque Mulher”, que tem como finalidade o desenvolvimento, a manutenção e a disseminação da cultura do maracatu, visando, além do fator percussivo, a troca de experiências relacionadas ao universo feminino.

Contaram ainda com diversas exposições visuais (fotografias, antiguidades, pinturas, etc.), rodas de conversas sobre os mais variados temas (Economia Solidária, povos indígenas, povos tradicionais, agroecologia), como pode-se observar na Figura 1, oficinas (confecção de banquinhos com garrafas pet, cultivo de plantas suculentas, repelente natural, entre outras), clube de trocas (livros e roupas), de acordo com a

Figura 2, e educação ambiental, promovendo a arrecadação de materiais eletrônicos destinados à cooperativa competente.



Figura 1 – Roda de conversa, Feira de Economia Solidária - 2017



Figura 2 – Clube de trocas e comercialização, Feira de Economia Solidária - 2018

Não menos importante, as duas edições contaram ainda com a comercialização de quitutes (alimentos saudáveis, orgânicos, agroecológicos, veganos) e belezuras (artesanatos variados) – Figura 2, o que proporcionou renda aos empreendimentos econômicos solidários presentes.

Contudo, o maior ganho pode-se relatar que foi o estreitamento das relações entre a Universidade e a sociedade, estabelecendo diálogos e troca de saberes entre os trabalhadores dos empreendimentos, estudantes, servidores, entidades de apoio, gestores públicos e comunidade. Foi possível proporcionar um território criativo de inovação e valorização do patrimônio cultural para o desenvolvimento local, produzindo um circuito virtuoso de troca de bens econômicos e culturais. A comunidade reconheceu a importância deste espaço para a criação/produção, difusão/distribuição, comercialização, consumo/fruição de bens e serviços solidários, tendo como base a sustentabilidade.

Enfim, oferecer o uso democrático do espaço público e estimular a organização coletiva promove maior circulação de vozes e difunde os valores da cidadania, proporcionando a inclusão social.

4. Considerações Finais

Foi possível identificar a atuação individual e coletiva na produção de artesanato e alimentação como forma de expressar hábitos e costumes da variedade de povos que se instalaram na região de Maringá, refletindo a dimensão cultural e histórica da formação desta sociedade.

O fomento à Economia Solidária contribui para o fortalecimento do desenvolvimento local. Na interação com os protagonistas desta economia, o processo implica o respeito ao saber popular, às tradições e à cultura local, bem como o apoio para a inserção dos produtos no circuito da comercialização local e, quiçá, regional. Além disso, desperta e estimula a cooperação, a confiança e a solidariedade entre os produtores e seus parceiros, e consolida a utilização de usos, costumes e hábitos adquiridos ao longo dos anos e que reflete a identidade da população local.

As duas edições da Feira de Economia Solidária proporcionaram organização coletiva e horizontal, através de estímulos à articulação de redes entre os empreendimentos, estudantes, entidades de apoio e comunidade, tornando evidente outra forma de fazer economia, trazendo além de conceitos, ações.

5. Referências

CULTI, Maria Nezilda (org.). *Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários – Aspectos conceituais e a práxis do processo de incubação*. Maringá: MDS/Proninc, UEM/Núcleo/Incubadora Unitrabalho. Caiuás Gráfica e Editora, 2011.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

SINGER, P. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.